

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITORA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Profª Vera Sílvia Marão Beraquet

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ruy Rodrigues Machado

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 — 13100 — Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXII - Nº 140 ISS-0101- 4919 OUTUBRO/DEZEMBRO/1990

SUMÁRIO

Artigos

- Da Bretanha a Mato Grosso 243
Odilon Nogueira de Matos
- Os 150 anos de três republicanos 245
Mário Barata
- Joaquim Silvério dos Reis: honra e prestígio no Maranhão 247
Manoel de Jesus B. Martins
- A "História Trágico-Marítima" 253
João Ribeiro Júnior
- El papel del contrabando y la interacción fronteriza del Brasil
sureño con el Estado Oriental del Uruguay: 1850-1880 257
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci e Lília Inês Zanotti de
Medrano
- Brasil e Argentina: um enfoque histórico da integração 266
Luciara Silveira de Aragão e Frota
- Um mestre da pintura realista em Santa Cruz 274
Sinvaldo do Nascimento Souza

O Brasil visto por dois prussianos	277
João Batista Pinheiro Cabral	
Arquivos municipais na América Latina*	284
Ana Maria de Almeida Camargo	
A Perestroika e a 2ª Guerra Fria	289
José Joffily	
Registro Bibliográfico	294
Periódicos	297
Noticiário	
Cinqüentenário de um Congresso	299
Um pouco de música	
A música nas missões jesuíticas	
Memória Campineira	304
Heróis de Laguna em Campinas	
Textos	
Prejuízos antigos (Couto de Magalhães)	306
Mensagem aos habitantes do Peru (San Martin)	307
Vultos da Historiografia Brasileira: Vicente Licínio Cardoso	309
Seleta	
Diogo Antônio Feijó, um fantasma do Segundo Império	312
Vicente Licínio Cardoso	
Rabiscos de um escrevinhador	
Abolicionista esquecido	317
Carlos Corrêa Mascaro	318
Vincio Stein Campos	319
Doellinger/Janus	320
"Eripuit coelo fulmen"	321
Benjamin Mossé/Barão do Rio Branco	322
Odilon Nogueira de Matos	

DA BRETANHA A MATO GROSSO

Odilon Nogueira de MATOS

Terra tradicional de vocações marítimas, é natural que a Bretanha tenha dado à França alguns dos seus maiores “homens do mar”. Entre eles, Augusto de Leverger, nascido em Saint-Malo em 1802, e que vinculou seu nome ao Brasil, particularmente à província de Mato Grosso.

Contratado para a marinha brasileira em 1824, em nosso País viveu até o final de sua vida, em 1880. Tomou parte na Campanha de Cisplatina; serviu no Arsenal de Marinha de Mato Grosso, dedicando-se precipuamente ao estudo dos problemas de defesa das fronteiras do Brasil, na região matogrossense; explorou os rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai; organizou a defesa contra a invasão paraguaia, na região de Melgaço (“antimural do Brasil em Mato Grosso”, chamou-o o Visconde de Taunay).

Naturalizando-se brasileiro, exerceu por três vezes a presidência da província de Mato Grosso. Cientista de renome, deixou numerosos trabalhos sobre hidrografia, geografia e história, todos sobre Mato Grosso. E após sessenta anos de vida dedicada ao nosso País faleceu na capital mato-grossense, deixando belíssima folha de serviços. Em Cuiabá constituiu família, com numerosa descendência.

Muito do que Leverger escreveu permanece inédito, inclusive sua obra mais importante, *Apontamentos para o dicionário geográfico de Mato Grosso*, cujos originais encontram-se na Biblioteca Nacional. O dicionário bibliográfico de Sacramento Blake, em relação provavelmente não completa, arrola cerca de trinta trabalhos de sua lavra, entre descrições de viagens, roteiros, mapas, memórias, levantamentos geográficos, etc. Em reconhecimento pelo muito que serviu ao Brasil, o Imperador nobilitou-o com o título de *Barão de Melgaço*, em 1864. Ainda em sua honra, foi dada a denominação de *Leverger* (atualmente *Santo Antônio de Leverger*) a um município mato-grossense, nas proximidades de Cuiabá.

Sobre Augusto de Leverger muito escreveram, entre outros, o Visconde de Taunay, no século passado, e Virgílio Corrêa Filho, seu bisneto, neste século. Este ilustre historiador e geógrafo mato-grossense, levando em conta a

extraordinária capacidade de adaptação ao Brasil, particularmente a Mato-Grosso e, mais particularmente ainda, a Cuiabá, por parte do ilustre francês, não teve dúvida em cognominá-lo de “Bretão cuiabanizado”, que, de fato, ele o foi, e com este título foi por Virgílio Corrêa Filho biografado no mais competente estudo que sobre ele se escreveu. Publicado originalmente em 1929 na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso” e, posteriormente, no volume segundo dos “Anais do Terceiro Congresso de História Nacional”, de 1941, foi, há alguns anos (1979) reeditado em livro pela Fundação Cultural de Mato Grosso, então presidida por Lenine C. Povoas, a quem coube a apresentação do volume.

Quanto ao Visconde de Taunay, seu trabalho sobre Leverger tem uma história realmente curiosa. Taunay só teve oportunidade de publicar, em 1897, a primeira parte da biografia de seu estudo sobre o “bretão cuiabanizado”. Ao falecer, dois anos depois, trabalhava na segunda parte, que não chegou a publicar e talvez nem mesmo a concluir em definitivo. Mais ainda: seus originais nem foram encontrados no espólio do autor. Tanto, que nem foi possível a Afonso de Taunay, ao cuidar da reedição da obra do pai, publicar um volume contendo a biografia completa de Leverger. Fez-lo apenas da primeira parte, exatamente a que fora publicada originalmente na “Revista Brasileira” e, depois, na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, em 1897, tomo 60, parte 2ª, pp. 89-95.

Não julgando oportuno divulgar uma biografia truncada do grande franco brasileiro, Afonso de Taunay complementou-a com vários capítulos do trabalho de Virgílio Corrêa Filho, anteriormente citado. Assim, o excelente volume aparecido em 1932 (data do prefácio), editado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo e trazendo como título *Augusto Leverger, Almirante Barão de Melgaço, Antemural do Brasil em Mato Grosso*, acabou sendo um livro “a quatro mãos”: do Visconde de Taunay até a página 106 e daí até o fim (mais 19 capítulos), de Virgílio Corrêa Filho. O organizador do volume foi muito hábil na seleção dos excertos de Corrêa Filho no sentido de evitar repetições e não truncar a exposição da vida do biografado.

Pois bem: já estava o livro impresso e distribuído nas livrarias, quando Afonso de Taunay recebeu de um desconhecido, e por via postal, os originais da segunda parte do trabalho de seu pai, dados já como irremediavelmente perdidos. Nunca soube Taunay quem a teria enviado... Para esta segunda parte não teve o historiador outro recurso senão publicá-la em anexo a outro volume da “póstuma” de seu pai - *Estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil*, aparecido naquele mesmo ano de 1932. Consta este final de oito capítulos, publicados entre as páginas 79 e 20 dos *Estrangeiros ilustres*.

OS 150 ANOS DE TRÊS REPUBLICANOS

Mário BARATA

Este 1991 permitirá, no seu desenvolvimento, a comemoração dos sequeicentenários de três importantes republicanos históricos, dos quais dois chegaram à presidência da República em momentos iniciais e decisivos do regime e outro foi o primeiro vice-governador de seu Estado, no novo sistema político, e depois constituinte e senador da República por quinze anos. Essa quase “categoria” de republicanos históricos foi criada por uma realidade que destacou plêiade de homens de grande seriedade, que freqüentemente reuniam o tino administrativo à vontade, que os unificava, de mudar a face do País e conduzir este a um novo tipo de progresso, que a fase final da Monarquia - já em decomposição - não estava permitindo, apesar as qualidades pessoais do velho monarca, que foram tão úteis à nação no passado. Ele cercara-se de homens também probos e, em vários casos, com exemplar sendo se estadistas.

A estrutura da Monarquia “deixava quebrar-se distante das continuadas ondas dos desentendimentos sociais e políticos”, como escreveu Cândido Mota Filho. Este mesmo significativo intelectual e político de nossos dias, em seu ensaio sobre Prudente de Moraes publicado no livro coletivo *Homens de São Paulo* (São Paulo, Martins, 1954), fala inicialmente “dos elos humanos da formação republicana”, que nela constituíam uma ligação, na “raça de lutadores que emergira, inconfundível, das florestas incendiadas da Monarquia” (p. 267).

Os sesqueicentenários de 1991 a que aludi são, pela ordem de nascimento, o de Campos Sales, nascido aos 13 de fevereiro, em Campinas; o de Manuel de Melo Cardoso Barata, nascido em Belém do Pará em 4 de agosto; e do Prudente de Moraes, vindo à luz numa fazenda de Itu, aos 4 de outubro de 1841. Faleceram respectivamente em 1913, 1916 e 1903.

Os dois paulistas conheceram pessoalmente Manuel Barata, que era ligado a São Paulo e veio a ser sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do grande Estado, cuja revista publicou um de seus trabalhos. Já em 1884 ou 1885, Prudente e Campos Sales haviam sido eleitos deputados-gerais pelos republicanos

de São Paulo. Vitoriosa a República, Prudente, pelos seus dotes para entendimentos políticos e pacificadores, com objetividade, firmeza e justiça, foi indicado para assumir o governo do Estado.

No período da propaganda republicana, Manuel Barata publicara, às suas expensas, 3.500 exemplares do discurso de Quintino Bocaiuva no Congresso do Partido Republicano que elegera esse prócer seu presidente, e distribuiu bastante o folheto em São Paulo. A “plaquette” continha, inclusive, palavras de Campos Sales. Na Constituinte e na primeira Senatária, o paraense esteve muito perto de Prudente e aliás figura entre os políticos indicados ao pintor Eliseu Visconti para que os representasse no famoso quadro sobre os constituintes de 1891, com mesa presidida pelo grande paulista. Os dois políticos - bem como o governador paraense Lauro Sodré - foram contra o golpe de novembro de 1891, com que Deodoro dissolvera o Congresso e implantara estado de sítio. Vinte dias depois, o generalíssimo fracassa e renuncia para evitar maiores conflitos entre os brasileiros. Assume legalmente Floriano Peixoto, que viria a ser o “Consolidador da República”, e no quadriênio seguinte temos Prudente como presidente, sendo considerado um pacificador.

Quase no final do seu governo, uma cisão do Partido Republicano Federal opõe Francisco Glicério a Prudente, quando da eleição em 1897 de Artur Rios para a presidência da Câmara de Deputados. Apoiado por Prudente, este recebe oitenta e oito votos, contra setenta e seis dados a Glicério. A dissidência progressivamente se agravou. Manuel Barata por solidariedade acompanhou seus amigos estaduais nas grandes divisões republicanas da época.

Campos Sales, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo e, em 1862, jornalista responsável pelo jornal “A Razão”, quando ainda era estudante, tendo boa cultura, escreveu *Cartas da Europa*, após sua primeira viagem ao Velho Mundo em 1894, e a obra *Da Propaganda à Presidência*, publicada em São Paulo em 1908. Relembre-se que o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo editou em 1954 o livro *São Paulo em quatro séculos*, que inclui dados biográficos dos primeiros presidentes civis do País, e, ademais, bom capítulo sobre “paulistas no IHGB”, este de autoria de Virgílio Corrêa Filho, então 1º secretário da conhecida instituição do Rio de Janeiro, de caráter nacional. Ambos os Institutos Históricos seguramente festejarão os significativos sesquicentenários dos grandes políticos brasileiros, sendo que Manuel Barata destacou-se também como historiador do antigo Grão-Pará e da Amazônia em geral.

JOAQUIM SILVÉRIO DOS REIS: HONRA E PRESTÍGIO NO MARANHÃO

Manoel de Jesus B. MARTINS

O objetivo deste estudo é analisar a trajetória de Joaquim Silvério dos Reis Montenegro¹ no Maranhão, após os acontecimentos de 1789, onde desfrutará, em seu último decênio de vida, dos privilégios obtidos junto à Coroa portuguesa, como “primeiro denunciante” do movimento sedicioso mineiro. Para realizá-lo, recorreu-se às fontes primárias existentes no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), que registram sua presença nesta região, entre 1809 e 1819.

Antes de tudo, a história de vida de Silvério dos Reis é o arquétipo perfeito dos sucessos e desventuras de um arrivista, cujo compromisso maior fora o de buscar as melhores oportunidades de colher vantagens, de qualquer natureza, a qualquer preço.

Sua presença no Brasil, de 1776 a 1819, é repleta de situações comprobatórias do seu caráter temerário, quase sempre inescrupuloso. Em 1782, então com apenas 26 anos, Silvério já figura como Sargento-Mor de ordenanças de Araçuaí, termo de Minas Novas² e arrematante do contrato de entradas para o triênio 1782/1784³ - o que indicava manter relacionamento estreito com as autoridades de Minas Gerais e com a Corte lusitana. Esse relacionamento permitiu-lhe recorrer a processos ardilosos para adquirir privilégios e concessões pessoais. Inadimplente no contrato acima referido, sua dívida fiscal para com a Coroa montará em mais de 400.000 cruzados, perdurando até 1794, quando recebe indulto em função da delação da Conjuração Mineira. Entre o término do Contrato de Entradas (1784) e a delação da Inconfidência (1789), Silvério dos Reis

(1) É a mesma personagem que ligou seu nome de modo nefasto à Inconfidência Mineira, mais conhecido apenas por Joaquim Silvério dos Reis. O sobrenome Montenegro advém de seu pai, Capitão José Antônio dos Reis Montenegro, constando em toda a documentação existente no APEM, que trata da sua presença no Maranhão.

(2) Cf. Autos da Devassa da Inconfidência Mineira. Brasília/Belo Horizonte, Câmara dos Deputados-Governo do Estado de Minas Gerais, 1976, v. 9, p. 367.

(3) Cf. idem, vol. 9, p. 18.

ocupava-se, em Minas, com a cobrança das dívidas remanescentes do dito Contrato, nas atividades militares do seu posto e na administração de suas três fazendas na região mineira. Encontrou tempo também para tramar a inconfidência com os demais integrantes desse movimento, no qual foi aceito por ser devedor de avultada soma ao erário português.

Em 1789, então Coronel Comandante do Regimento de Cavalaria Auxiliar de Borda do Campo, Silvério dos Reis denunciou os inconfidentes. De maio de 1789 a janeiro de 1790 esteve preso na Fortaleza da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro.⁴ Uma vez libertado, tratou de reafirmar sua condição de “primeiro denunciante”: fez acréscimos à denúncia inicial, comprometendo até futuros tios afins (aos quais era devedor de muito dinheiro) e passou a cobrar sistematicamente das autoridades o preço da delação, requerendo imunidades contra possíveis atentados à sua pessoa. Nomeado para administrar os bens do Visconde de Asseca, na região de Campos (Rio de Janeiro), em 1793, foi demitido dessas funções em 1797, por força de representações populares, que discordavam dos métodos utilizados por Silvério dos Reis na gestão dos ditos bens.⁵

No ano de 1794 partiu para Portugal, onde foi recompensado: recebeu o “foro de fidalgo da Casa Real, o hábito de Cristo e o perdão de uma dívida fiscal de mais de 400.000 cruzados (160:000\$000 rs; ou melhor, 171:844\$835 rs; embolsando os bens que a garantiam)”,⁶ além de uma *tença* (pensão periódica ordinariamente em dinheiro, que alguém recebe do Estado, ou de particular, para seu sustento), de duzentos mil réis anuais. A partir de então passou a ser visto como pessoa importante nos quadros da administração colonial portuguesa no Brasil, com título de fidalguia alcançado por serviços prestados à Coroa.

De volta ao Brasil, em 1795, tentou reconstruir sua vida escudado na distinção por ele recebida. Porém, encontrou clima hostil às suas pretensões, principalmente no Rio de Janeiro e Minas Gerais. O espectro do seu ato rondava ainda muito vivo na memória de todos: autoridades, inconfidentes e afins. Não era sem motivo que as autoridades portuguesas no Brasil não lhe devotavam ampla confiança: por ocasião da sua prisão, o Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa reputava-o como o “mais suspeito dos réus e indigno de contemplações.”⁷ Por outro lado, os pedidos de Silvério para retornar a Lisboa foram relaxadas sucessivamente em 1795 e 1799, conseguindo a pretendida liberação somente em 1801, pois havia instruções no sentido de “embaraçar a dita viagem.”⁸ Assim, torna-se compreensível o tom cauteloso assumido por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho,

(4) Cf. *idem*, vol. 1, p. 206.

(5) Cf. *idem*, vol. 3, p. 424.

(6) Cf. *idem*, vol. 9, p. 268.

(7) Cf. *idem*, vol. 3, p. 424.

(8) Cf. *idem*, vol. 3, p. 425.

Conde de Linhares, Ministro da Marinha e Ultramar, em informação prestada ao Visconde de Anadia, Assistente do referido Conde, sobre Silvério, no trecho que se segue: “Quanto aos serviços que lhe funda o seu requerimento, que consistem principalmente na denúncia que fez da Conjuração de Minas... falando-se neste homem se diz o que consta do papel junto, por onde se pode concluir o pouco conceito que ele merecia ao Ministro de Estado.”⁹ É oportuno registrar que entre as pessoas envolvidas direta ou indiretamente na Inconfidência nutria-se um profundo rancor pelo delator. Por outra via, deve ser mencionado, há notícias de atentados contra Silvério dos Reis, praticados por parentes ou simpatizantes dos inconfidentes.

De 1801 a 1808 Silvério residiu em Portugal. Alf, mais uma vez seu caráter arrivista se impõe: além de obter uma tença anual de quatrocentos mil réis, foi incluído como acompanhante na comitiva real em demanda para o Brasil. Mas, uma vez no Rio de Janeiro o Príncipe Regente tratou de logo afastá-lo do convívio real, transferindo-o para o Maranhão, providenciando que a tença a que Silvério tinha direito somente fosse paga quando este se deslocasse para seu novo domicílio, no norte da Colônia: “O esforçado delator, quase compulsoriamente, foi alijado enfim.”¹⁰

Por que foi o Maranhão a terra escolhida para acolhê-lo? Que razões tinha a Corte para degradá-lo nos confins setentrionais da Colônia?

Estas questões, que se insinuam no momento, dificilmente terão respostas alicerçadas em dados concretos, mas permitem que formulemos algumas assertivas. Certamente o grau de imbricamento das relações entre o Maranhão e a Metrópole ao longo de três séculos orientasse no sentido de reconhecer nessa região a que melhores condições reunia para acolher um fiel vassalo português. No Maranhão, a chegada de mais uma autoridade portuguesa não causaria surpresas; pelo contrário, tendia a ser bem recebida, pois a colônia lusa era numerosa o bastante para proporcionar-lhe o conforto e a segurança de estar entre iguais. Ademais, nesta parte da Colônia não se registrara até então movimentos que colocassem em questão a dominação lusitana, como já ocorrera em outros pontos do Brasil. Portanto, no Maranhão Silvério estava seguro das investidas de seus inimigos, atendia a razões de natureza estratégica para a Corte, além de servi-la à frente de um dos seus efetivos militares aqui estacionados, no caso, o Regimento de Milícias de São Luís. A propósito, são desconhecidas tentativas de violências praticadas contra Silvério no Maranhão.

De qualquer modo, colocá-lo no Maranhão apresentava-se como uma maneira de recompensar Silvério e castigá-lo ao mesmo tempo. No primeiro

(9) Cf. *idem*, vol. 9, p. 395.

(10) Cf. *idem*, vol. 9, p. 395.

caso, estaria distante de perturbações que por ventura intentassem seus adversários contra sua pessoa, podendo usufruir legalmente os louros de sua “vitória” pessoal. No segundo, é afastado dos círculos da realeza, o que o evitava de tirar proveito de situações favoráveis junto à Corte.

Sua vida no Maranhão, de 1809 a 1819, quando morreu, está relativamente bem documentada, comprovando sua posição de proeminência na estrutura administrativa e social da capitania do Maranhão. A posição privilegiada de Silvério nesta região é atestada nas diversas fontes por nós compulsadas no APEM, entre as quais selecionamos as que diante são reproduzidas.

Com efeito, em 1809, encontramos Silvério prestando juramento às autoridades do governo maranhense, conforme se transcreve abaixo:

“Termo de Juramento que dá o Coronel Agregado ao Regimento de Milícias desta Cidade Joaquim Silvério dos Reis Montenegro.

Eu, Joaquim Silvério dos Reis Montenegro que por patente assinada pelo Príncipe Regente Nosso Senhor fui feito Coronel Agregado ao Regimento de milícias desta Cidade juro aos Santos Evangelhos em que pondo as minhas mãos perante o Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Dom José Tomás de Menezes, Governador e Capitão Geral deste Estado que quanto me for possível, servirei fielmente e de boa vontade como bom e fiel vassalo a Sua Alteza Real, e obedecerei com exatíssima prontidão e respeito a todas as ordens dos meus superiores concernentes ao real serviço e de me apartar por pretexto algum do meu Regimento sem licença nem desamparar as bandeiras debaixo das quais estou alistado, e as seguirei nos maiores perigos até derramar todo o meu sangue em sua defesa, e de dar toda a ajuda e favor às Justiças de Sua Alteza Real, sem dar por elas Requerido, como também de me não valer de soldado algum do meu Regimento para caso algum meu particular, nem de parentes ou amigo meu; posto que importe a segurança de minha vida ou honra, e tudo o sobredito me abrigo a cumprir sem cautela, engano ou diminuição alguma. Para firmeza do que assinei este termo de juramento feito em a Secretaria deste Estado do Maranhão aos vinte e três dias do mês de outubro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e nove. E eu Joaquim José Sabino, Secretário do Estado o fiz escrever e subscreví - Joaquim José Sabino. Joaquim Silvério dos Reis Montenegro.”¹¹

A posição desfrutada por Silvério no Maranhão permitia-lhe solicitar à Corte favores que esta tinha dificuldades para atender, por não preencher o solicitante os requisitos legais para tanto exigidos, conforme se pode inferir da leitura do documento abaixo transcrito:

“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Dando cumprimento ao aviso que Vossa Excelência foi servido dirigir-me em data de 30 de setembro do ano

(11) Termo de Juramento - 1795/1829, vol. sem paginação, Códices, APEM.

próximo passado, em que se determina informe requerimento de Joaquim Silvério dos Reis Montenegro, Coronel Agregado ao Regimento de Milícias desta Cidade, em que pede a SAR lhe mande sentar praça de Cadete no Regimento de Linha desta Capitania, a seu filho Luís José dos Reis Montenegro de menor idade, com vencimento de soldo e tempo; sou a informar a Vossa Excelência que o filho do suplicante tem 5 anos de idade: a graça que pede, SAR a tem concedido aos filhos de alguns oficiais beneméritos; os serviços do suplicante são por Vossa Excelência bem conhecidos; enquanto ao meu parecer direi que o vencimento do soldo é uma graça que não prejudica a terceiro; porém o vencimento do tempo é um prejuízo para todos os que posteriormente sentarem praça, entrando logo a exercer as suas obrigações, o que não pode fazer o filho do suplicante, enquanto não tiver idade e força. Deus guarde a Vossa Excelência. São Luís do Maranhão, 18 de dezembro de 1815 - Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês de Aguiar - Paulo José da Silva Gama.”¹²

O autor deste documento, Paulo José da Silva Gama (governador do Maranhão) dirigido à Corte no Rio de Janeiro, informa que o filho de Silvério não fazia jus ao pedido do pai, por não possuir idade nem condições físicas suficientes para o exercício do posto solicitado. Ademais, para que a Corte atendesse a este tipo de solicitação, o requerente deveria preencher requisitos não constantes na atuação de Silvério junto à Milícia de São Luís.

Em 1816 Silvério dos Reis foi deslocado do Comando do Regimento de Infantaria de Milícias da cidade de São Luís, posto por ele ocupado desde a sua chegada ao Maranhão, conservando-se entretanto como Coronel Agregado ao mesmo Regimento até a sua morte, em 1819. Essa troca de comando se encontra registrada no documento abaixo reproduzido:

“Offício ao Coronel de Milícias desta cidade Joaquim Silvério dos Reis Montenegro.

Havendo Sua Majestade por Decreto de 13 de maio de 1815 promovido a Coronel Efetivo do Regimento de Infantaria de milícias desta cidade o Coronel Agregado ao mesmo Regimento José Joaquim Vieira Belfort, tendo me apresentado a sua patente, e por mim cumprida Vossa Mercê no dia de amanhã na parada do Regimento antes que ele marche a formar alas para a procissão do Corpo de Deus, lhe entregará o Comando, o Livro Mestre e todas as Ordens pertencentes ao Arquivo do mesmo Regimento: o que assim executará. Deus guarde a Vossa Mercê. São Luís do Maranhão, Palácio do Governo, 12 de junho de 1816 - Paulo José da Silva Gama - Senhor Joaquim Silvério dos Reis Montenegro, Coronel Comandante Interino do Regimento de Infantaria de Milícias desta cidade.”¹³

(12) Avisos do Ministério do Império - 1811/1821, vol. 1, pp. 29/30, Códices, APEM.

(13) Objetos diversos - 1814/1816, vol. 5, p. 4, Códices, APEM.

Observe-se, a assinatura de Silvério ao lado da do governador indica a sua posição elevada junto às autoridades proeminentes do Maranhão.

Os documentos transcritos testemunham inequivocamente a situação privilegiada desfrutada por Silvério na região, como fiel servidor da causa que sempre abraçara: a defesa dos interesses portugueses no Brasil, para daí alcançar seus objetivos imediatos de honra e prestígio na estrutura dominante. Assim, pode-se compreender sua permanência por anos a fio no comando de um efetivo militar de importância estratégica fundamental para a defesa dos interesses lusos na região, o Regimento das Milícias de São Luís, cidade mais importante do Maranhão.

Joaquim Silvério dos Reis faleceu em São Luís no dia 12 de fevereiro de 1819, então com 63 anos de idade, sendo sepultado na Igreja de São João Batista, entre os templos católicos utilizados para o sepultamento de notoriedades da região, conforme está registrado à página 292 do Livro de Óbitos nº 8, arquivado na Catedral Metropolitana de São Luís. Mais uma vez se procura comprovar a posição de destaque de Silvério no Maranhão.

A "HISTÓRIA TRÁGICO-MARÍTIMA"

João RIBEIRO JÚNIOR

"Naufrágios, perdições de toda sorte
Que o menor mal de todos seja a morte".

(Camões, *Lusíadas*, V, 44)

À palavra *naufrágio* a imaginação faz-nos ver a fúria dos ventos, os bramidos do temporal, as trevas caliginosas rasgadas a espaços pelo brilho insuportável dos relâmpagos, o estalar do madeiramento do navio, que se desfaz, os gritos das pessoas que se afogam, os pios lamentosos das aves marítimas.

Naufrágio e tempestade parecem-nos elementos correlativos; do segundo fazemos causa única do primeiro. E efetivamente, desde ontem até hoje, muitos naufrágios têm sido causados pelos temporais.

A história dos naufrágios faz parte da História Marítima. Os naufrágios são menos frequentes à medida que se vão aperfeiçoando as artes da construção naval e da navegação. À princípio não se conheciam as formas mais apropriadas que as embarcações deviam ter para mais facilmente resistirem o embate das ondas. O uso quase exclusivo dos remos fazia com que os barcos antigos pudessem arrostar mal com as tempestades. Mais tarde, os aperfeiçoamentos da arquitetura naval, os progressos da ciência da navegação, da física do mar, e da meteorologia, concorreram para que o número de naufrágios por temporais diminuíssem.

Contudo, as naves estavam sempre com excesso de gente e de bagagem, e o vento, com a sua força de translação cavava as ondas, transformava a tranqüila planície do mar em agitada cadeia de móveis serranias, conduzindo os maus perigosamente à costa abrupta, precedida às vezes de rochedos e recifes ameaçadores, que o mar cobria na sua fúria com lençóis de espuma de suas vagas alterosas e ameaçadoras. De repente, os navios são impelidos pelo vento perpendicular à costa, ajudado pelas vagas e pelas correntes, e então, perde-se toda a esperança, e as embarcações se desfazem como brinquedos de criança de encontro aos rochedos da praia...

Eis a história trágico-marítima que se tornou um dos ingredientes do ciclo épico da vida e da literatura portuguesas nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Há vários livros que tratam especialmente desse assunto na história da Expansão portuguesa, e entre eles ocupa um lugar primordial nos monumentos históricos a *História Trágico-Marítima, em que se escrevem cronologicamente os Naufrágios que tiveram as naus de Portugal, depois que se pos em exercício a navegação da Índia*. Obra em 2 volumes, publicado o primeiro em 1735, e o outro em 1736, em Lisboa, na Oficina da Congregação do Oratório. (As principais edições críticas deste livro são: a de Damião Peres, editada no Porto, em 1942-43; *Quadros da História Trágico-Marítima*, seleção, prefácio e notas de Rodrigues Lapa, 2ª ed., Lisboa, 1951; *Naufrágios e Combates no Mar*, textos selecionados, anotados e comentados por Antonio Sérgio, com um estudo "Sobre as viagens da Carreira da Índia", por Jaime Cortesão, 2 vols, Lisboa, 1958-59; e mais recentemente, a de Fernando Ribeiro de Melo, com comentários de Maria Lúcia Lepecki, Fernando Luso Soares e José Saramago, Lisboa, Edições Afrodite, 1973).

Trata-se de uma coletânea organizada por Bernardo Gomes de Brito (1688 - ?), que traz estritamente *relações* de naufrágios sucedidos a navios portugueses desde a descoberta da passagem de sueste para o Oceano Índico. Essas relações são escritas umas por pessoas cultas, outras por marinheiros ou soldados em seu vaivem travado entre Portugal e a Índia; mas em todas elas se encontram autenticidade na narração dos fatos, descrição fiel dos fenômenos da natureza, e exata tradução dos sentimentos de desalento, de desespero, de loucura, que sucessivamente se apossavam dos naufragos.

Compõe-se essa coletânea dos seguintes textos: "Naufrágio do galeão grande S. João na Terra do Natal" (1552); "Naufrágio da nau S. Bento no Cabo da Boa Esperança" (1554); "Naufrágio da nau Conceição nos baixos de Perô dos Banhos" (1555); "Naufrágio das naus Águia de Garça" (1559); "Naufrágio da nau Santa Maria da Barca" (1559); "Naufrágio da nau S. Paulo na ilha de Sumatra" (1561); "Naufrágio da nau de Jorge de Albuquerque Coelho" (1565); "Naufrágio da nau Santiago" (1585); "Naufrágio da nau S. Tomé (1589); "Naufrágio da nau Stº Alberto" (1593); "Naufrágio da nau S. Francisco" (1596); "Naufrágio do galeão Santiago e da nau Chagás" (1602).

A primeira *relação* da *História Trágico-Marítima*, a do "Naufrágio do galeão grande S. João, de que era capitão Manuel de Sousa Sepúlveda, sucedido na costa de Natal em 24 de junho de 1552", foi objeto de inspiração de Luis Vaz de Camões (1525?-1580) e de Jerônimo Corte Real (?-1590).

Camões dedica-lhe lugar especial entre os horrores da profecia de desgraças que o gigante Adamastor - metamorfoseado no Cabo da Boa Esperança (designação que lhe atribuiu o rei D. João II), antes chamado, das Tormentas (Tormentório) -, faz aos descobridores do caminho da Índia. (Adamastor, um dos filhos da Terra, que tomou parte na guerra contra os deuses, tem sua história contada por Vasco da Gama. *Lusíadas*, V, 51).

Como Netuno (Poseidon), que se vingou de Ulisses (Odisseu), o paradigma dos marujos, Adamastor, que não conseguiu impedir a navegação austral da frota de Bartolomeu Dias, que dobrou o cabo pela primeira vez em 1488, (a sua tripulação temerosa da imensidão do Oceano Índico, forçou-o a regressar a Portugal), - vinga-se, agora, no “primeiro Ilustre, que a ventura com fama alta fizer tocar os Céus” (*Lusíadas*, V, 45): Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia; e ainda no capitão Manuel de Sousa Sepúlveda, em sua mulher Leonor Garcia de Sá, seus filhos e companheiros:

“Outro também virá, de honrada fama,
 Liberal, cavaleiro, enamorado,
 E consigo trará a fermosa dama
 Que Amor por grão mercê lhe terá dado.
 Triste ventura e negro fado os chama
 Neste terreno meu, que, duro e irado,
 Os deixará dum cru naufrágio vivos,
 Pera verem trabalhos excessivos”. (*Lusíadas*, V, 46)

Nas duas estancias seguintes (V, 47-48), o poeta resume as principais peripécias por que passaram Sepúlveda e sua família, desde que o navio deu à costa, até que morreram.

Jerônimo Corte-Real, poeta contemporâneo de Camões, fez deste sucesso o assunto de um poema intitulado *Naufrágio e lastimoso sucesso da perdição de Manuel de Sousa Sepúlveda*, em 17 cantos (publicação póstuma, 1594), que é, por assim dizer, o desenvolvimento das estancias acima citadas dos *Lusíadas*.

Na *relação* desse naufrágio encontram-se apontadas as causas que tornaram tão numerosos os naufrágios dos navios portugueses nos séculos XVI e seguintes: os navios raramente excediam as 59-60t de capacidade e cerca de 20m de comprimento, mas atulhavam de mercadorias e provisões não só os porões e cobertas, e até na tolda (parte do convés principal situada entre o mastro grande e o tombadilho, ou entre aquele e a popa, nos navios sem tombadilho); um número excessivo de tripulantes e passageiros impediam as manobras, tornando os navios pesados e difíceis de governar; navegava-se à vista de terra, mas sem conhecer as águas não representadas

nos postulamos, tendo como única ajuda uma agulha de marear iluminada (a bussola, o quadrante e o astrolábio não eram inteiramente seguros em grandes percursos em alto mar), e as ordens que gritavam do tombadilho; exigia-se que o timoneiro, que dirigia o navio às cegas, completamente molhado pelas águas do mar sempre que o navio seguia com ondulação pela popa, tivesse grande força; muitas vezes era necessária uma dúzia de homens fortes para manobrar o timão (Só a partir do século XVIII é que se fez uso da roda do leme); as viagens eram feitas fora das épocas próprias e sempre os cascos dos navios estavam mal calafetados.

É incalculável quantas riquezas (conseguidas muitas vezes por meios violentos dos empórios orientais), quantas vidas, que tinham escapado a mil combates na Ásia, foram encontrar sepultura nos pelagos insondáveis do Oceano.

Foi um balanço trágico, mas estes homens intrépidos desvendaram o Mundo, revelando horizontes e oportunidades infindos.

EL PAPEL DEL CONTRABANDO Y LA
INTERACCIÓN FRONTERIZA DEL BRASIL
SUREÑO CON EL ESTADO
ORIENTAL DEL URUGUAY: 1850-1880*

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI
Lilia Inés Zanotti de MEDRANO

Apesar de no poderse negar que la vida de los agrupamientos humanos sufre la influencia del clima, del relieve, de la hidrografía, de la calidad del suelo y de la naturaleza del subsuelo, afirmamos que, de igual significado son los factores de orden económico-socio-político-cultural, para la historia de las sociedades humanas. Así, el estudio de las relaciones internacionales, tanto aplicado a las relaciones entre los pueblos, como entre Estados, debe llevar en consideración no apenas las influencias del medio físico, como de la propia vida de los agrupamientos humanos y de las desigualdades existentes de recursos y materias primas, lo que nos lleva a creer que ninguna sociedad políticamente constituida es determinada en su evolución por las condiciones predominantemente geográficas.

Las relaciones entre hombre y territorio, o sea, entre las actividades humanas y el ambiente natural se interpenetran. Ahí el porque de haber retomado las tesis de Karl Haushofer, apenas como una ejemplificación, en el sentido de entender que su Geopolítica, fruto de la Geografía de una etapa imperialista y pretendidamente geográfica, no pasó de una construcción ideológica, desprovista de sentido científico, marginal, con papel apenas en el ámbito político, tanto que su principio básico - espacio es poder - solo tuvo ocasión de fructificar con el nazismo. Sin él, la Geopolítica así entendida, no habría excedido los límites de aquello que con frecuencia en la fase de la decadencia del capitalismo, en varios campos, confunde la novedad con lo nuevo.

Los paisajes naturales son, pues, el resultado de la consecuencia de una multitud de procesos y fenómenos que reaccionan dialécticamente

(*) O presente estudo foi originalmente apresentado ao VII Encontro Nacional y V Regional de historia, realizado em Montevideo, nos dias 12 a 14 de outubro de 1990.

unos sobre los otros. Desconocer la dialéctica inherente a tales procesos y fenómenos, significa desconocer los propios fenómenos limitando la información sobre ellos, a un nivel empírico.

En esta perspectiva también quedó comprometido el análisis de Haushofer en lo que respecta a la problemática fronteriza ya que no podemos aceptar una "ciencia" como capaz de dar un rumbo determinado al hombre, principalmente cuando afirmaba ser la frontera "... la epidermis de un organismo vivo"; en el caso que de cerca analizamos - Brasil y Uruguay - por tratarse de frontera política entre dos Estados Soberanos, debe ser analizada como una franja de territorio cuyo dinamismo ejerció influencias recíprocas, fué permeable a los hombres y a los bienes, en el interior de un espacio socio-político-económico dotado de intensa actividad.

Se trate, pues, de franjas o de fronteras, los límites de los sistemas pueden ser pasivos o dinámicos, ejerciendo efectos negativos e fecundantes, ya que al estudiar cada frontera debemos siempre hacer un balance que venga a demostrar los efectos negativos y los constructivos por ella provocados, mismo porque, esos efectos pueden invertirse con el pasar del tiempo.

De ahí, nuestra preocupación al verificar el contrabando frontero realizado entre Brasil y Uruguay durante los años 1850/1880, por tratarse de espacios animados por flujos intensos con una riqueza de inter-relaciones tejida entre aquellas aglomeraciones, que acabaron por ajustarse y confundirse unas con las otras.

Por ser la frontera constantemente transgredida en esa área, debido a la astucia de algunos hombres que acabaron por posesionarse de ella através del contrabando, movidos por sus diferentes ideologías, fué creado un ambiente social bastante característico, con la combinación de hombres ambiciosos y de condiciones físicas singularmente ajustadas a su satisfacción, haciendo con que el habitante de la frontera se habituase naturalmente a auto-gobernarse, a poner en práctica un orden social plástico, donde todos tendrían las mismas oportunidades mediante soluciones locales y rápidas, llenas de individualismo, tónica marcante de su sobrevivencia.

Estos "extranjeros" en su vida excepcional, verdaderos huéspedes de las pampas - donde ocultaban sus operaciones - encontraban siempre la solidaridad de aquellos que les brindaban su protección. Vivían una vida al margen de la ley, pero, sujetos a la autoridad de un jefe ocasional que permanecía el tiempo necesario para la ejecución de aquello para lo cual había sido elegido.

Los contrabandistas, aunque no permanecían totalmente alejados de la vida civilizada, eran, sin embargo, personajes errantes, como los

gauchos, donde, la esperanza de encontrar algún beneficio, los hacia permanecer siempre armados y en marcha, listos para combatir de la misma forma a los soldados, a las milicias e a los guardas fiscales de las dos naciones, como a todos los obstáculos que se les presentasen en su camino.

Así, es oportuno recordar la observación del viajero Nicolau Dreys¹, que recorrió Rio Grande do Sul en el tercer decenio del siglo XIX, quien describió a los contrabandistas como "... uma tribo mista, não pertencendo politicamente nem aos Portugueses, nem aos Espanhóis, nem aos indígenas e comunicando-se com todos por meio do contrabando: eram o ponto de contato geral, e, por esses motivos, tomando em armas, podem ser considerados como os primeiros propugnadores da liberdade do Novo Mundo"².

Sin embargo, conviene enfatizar que la Cuenca del Plata fué siempre atractivo natural por las más relevantes razones económicas y políticas, tanto de portugueses como de españoles, al ser una área típica de convergencia de intereses conflictuantes de sus condóminos, mismo después de sus respectivas independencias nacionales. De sus conmociones participó activamente Rio Grande do Sul, vinculado a las circunstancias socio-político-económicas del área³.

La vecindad y la convivencia intensa de riograndeses y platinos convirtió a la frontera en "punto de encuentro" de naciones en formación y de personas en busca de identidad nacional propia. Acreditamos que las colocaciones de Pandiá Calógeras elucidan bien esa cuestión, cuando nos dice que:

"Dos longamente protraídos tumultos em ambas as margens do Rio da Prata, e da semelhança de meios, de modo de viver, de costumes e de pontos de vista na região inteira, formara-se nas populações sulinas uma comunhão de mentalidades. Suas feições dominantes constavam de autonomia, de liberdade de movimentos e de hábitos dentro do quadro de uma federação...

Nenhum estudo válido da Bacia do Prata se pode aceitar, do ponto de vista histórico, que não leva em conta o fato de que, por aqueles tempos, a região constituía um todo, uma unidade política, na qual os limites convencionados não isolavam realmente as populações⁴."

(1) Dreys, Nicolau - Notícia Descritiva da provincia de São Pedro - Rio Grande do Sul - Introd. e Notas de Augusto Meyer, Instituto Estadual do Livro, Porto Alegre, 1961.

(2) Idem, p. 167.

(3) Sobre este assunto ver, entre otros: Varela, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas*. Porto, Chandron, 1915, 2 v; *Duas Grndes Intrigas*. Porto, Renascença Portuguesa, 1919, 2 v; *Política Brasileira: Interna e Externa*, Porto, Chandron, 1929, 2 v.

(4) Calógeras, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*; São Paulo, Editora Nacional, 1957, p. 173/174.

Queremos así afirmar, como también observó Menna Segarra que, con el pasar del tiempo fué ocurriendo cada vez más una interpenetración que acabó por asimilar brasileños y uruguayos "en una completa realidad humana que identificamos hasta hoy como "la fronteira por excelencia" y que se extiende a ambos lados del límite político"⁵. Y más:

"... el regionalismo fronterizo establece entre ambas nacionalidades una vinculación íntima y una influencia recíproca. El propio dialecto hablado hasta hoy por los sectores populares le parece español al brasileiro del norte y portugués al uruguayo forastero; aunque tanto en el siglo pasado como ahora sea frecuente el bilinguismo (...) en ese ambiente no se miraba como anormal la participación de elementos humanos de un país en las comociones revolucionarias del otro"⁶.

Esto nos llevó a constatar que el fomento del contrabando en ambas margenes del Plata, contribuyó para la formación de una identidad de mentalidad entre riograndenses y uruguayos, además de haber establecido entre ambos pueblos una íntima vinculación y recíprocas influencias.

Para comprender mejor la problemática del contrabando terrestre entre el Brasil y el Urtuguay en los mediados del siglo XIX, especialmente entre las poblaciones de Sant'Anna do Livramento, Bagé, Jaguarão, Santo Eugenio, Artigas y Rivera, debemos recordar que el contrabando en el Rio de la Plata tuvo a su favor el desenvolvimiento del comercio legal y clandestino de negros en toda América Española, desde el siglo XVI, realizado principalmente por portugueses, que entonces se vinculaban a los contraventores españoles.

Un contrabando intenso y variado, tanto marítimo como terrestre, abarcando desde cueros hasta ganado en pie - vacuno, equino y mularpafios europeos, hierro, plata peruana, esclavos, sal, especierias, yerba mate y tabaco, acabó por marcar el desenvolvimiento de esa región.

Tempranamente, por lo tanto, la actual frontera con el Uruguay, representó especialmente, un punto de pasaje de tropas y no una barrera al libre comercio, lo que hizo con que la Banda Oriental ofreciese al pionero una verdadera "puerta" para el resto del mundo.

Fué por consiguiente alrededor de la tierra "gaúcha", que se formó una área económica fuertemente magnetizada por el imperialismo inglés - através de su comercio que permaneció activo por mas de un si-

(5) Menna Segarra, C. E. Aparicio Saravia: las últimas patriadas. Montevideo, EBO, 1977, p. 9.

(6) Menna Segarra; C. E. op. cit., p. 10.

glo - permitiendo, debido a la desorganización fiscal que no consiguió acompañar las transformaciones de la región, el desdoblamiento de las actividades del contrabando, diversificando su práctica y la naturaleza de los productos. Entre el monopolio y el imperialismo inglés, la pecuaria sureña, sobretudo en la fase de los grandes saladeros, tuvo que utilizarse del contrabando para subsistir, lo que no era de admirar, ya que la quiebra de la autoridad, haciendo la "vista gorda" a la práctica del contrabando, convirtió al fisco inoperante.

A lo largo de la frontera meridional tuvimos por lo menos tres tipos definidos de contrabando: el oficioso, el personal y el de guerra, lo que hizo con que la extensa región que iba desde Rio Grande hasta la Banda Oriental del Uruguay fuese marcado por la desobediencia a las leyes. Sin embargo, al consultar la numerosa documentación existente sobre el contrabando en la región, notamos que habia serias preocupaciones en el sentido de imponer medidas fiscales que pusiesen término al contrabando que se efectuaba del Estado Oriental para el territorio de Rio Grande do Sul. Así, en el requerimiento de los representantes de la provincia de Rio Grande do Sul, discutiendo en la sección del 23 de agosto de 1859 en el Senado Federal, fue solicitada una medida fiscal para resolver la situación,

"... porque sem dúvida em falta dela por toda a parte o comércio de Rio Grande vai definhando em consequência do contrabando que se dá do Estado Oriental para o território do Rio Grande do Sul.

Mas, ponderarei ao Senado que ainda assim, ficará aberta uma porta da qual necessariamente se hão de valer os contrabandistas para inundar a campanha do Rio Grande do Sul com todos os produtos importados desde Montevidéu. É o sistema de trânsito ainda agora estabelecido e confirmado pela nova legislação fiscal de Montevidéu na alfândega de Salto..."⁷.

Proseguendo la discusión en la misma sección, Angelo Muniz da Silva Ferraz, diria que la medida más eficiente a ser tomada seria la represión al contrabando sobretudo en las fronteras terrestres de Sant'Ana do Livramento hasta Jaguarão ya que "las mercaderias entradas, por contrabando hoy tienen una diferencia en el mercado en relación a las importadas por el puerto da Rio Grande do Sul de 20% a 30% en sus precios"⁸.

Con relación a la Villa de Artigas constatamos también, que el comercio era muy activo en los mediados del siglo XIX, siendo su población, en su mayoría constituida por comerciantes minoristas, que recebiam gran parte de las mercaderias desde Rio Grande porque era el lugar más barato

(7) ANNAES do Senado Federal. Sessão de 23 de agosto de 1859, p. 165. Biblioteca do Arquivo Histórico do Itamaraty, RJ.

(8) ANNAES do Senado Federal. Sessão de 23 de agosto de 1859, op. cit., p. 165.

para los productos de pequeño valor. De ahí partía todo el contrabando para las diferentes partes de las fronteras con guías obtenidas en Pelotas.

Realmente, la mencionada Villa de Artigas, criada por los contrabandistas, presentaba gran desenvolvimiento en los años sesenta, contrastando con la Villa de Jaguarão, que quedaba a su frente y se encontraba prácticamente desierta y a las puertas del colapso⁹, ya que era costumbre entre los contrabandistas despistar toda posible fiscalización. Así, formaban una malla que permitía toda clase de trucos y combinaciones para burlar a las autoridades, cuando ellas no estaban también comprometidas...!

Por Bagé entraban igualmente, a través del contrabando, numerosas carretas transportando gran cantidad de productos y muchos negocios locales recibían sus provisiones por ese medio. Lo que allí se compraba era 25 a 30% más barato de lo que se adquiría en Rio Grande o en otras poblaciones que se abastecían con productos importados directamente del extranjero.

La gran preocupación del gobierno era, por cierto, que este comercio ilegal perjudicase seriamente el comercio directo y lícito, temiendo que con el tiempo este también pasase a recurrir al contrabando. Esto porque lo que realmente animaba el contrabando, era la competencia que los contrabandistas hacían al fisco, con su servicio bien organizado, seduciendo a los comerciantes más honestos a emplear este medio. Entre pagar de 30% a 40% al fisco, sufriendo además los inconvenientes de la burocracia, y pagar 15% a 20% a los contrabandistas, sin obstáculos ni riesgos para obtener sus mercaderías, muchos comerciantes preferieron este último camino, ya que, de esa forma, tampoco sucumbirían a la competencia en el mercado interno.

De esta forma, el contrabando terrestre conquistaba gran espacio debido a la fuerte presión de los contrabandistas y las poblaciones uruguayas de Rivera y Santo Eugenio parecían calcadas para ofrecer lugares a los depósitos de los contrabandistas.

Posteriormente, todas las discusiones pasaron a girar en el sentido de resguardar los intereses de la Hacienda Pública a través de la reducción de los derechos de importación y exportación, por medio de una Tarifa Especial o de una lista que redujese los derechos de importación de algunos productos en la mayoría de los casos a la mitad de lo que pagaban (2,5 y 40%). En relación a los de exportación que fuesen reducidos a 4% para quedar equiparados a los de Montevideo, porque de esta forma el consumo de muchos artículos de la provincia de Rio Grande serían más fácilmente comercializados.

(9) Sobre el tema consultar Relatório da Comissão de Inquérito na Alfândega do Rio Grande do Sul. In: *Proposta e Relatório ao Ministério da Fazenda*. RJ, 1863, p. 11/12

Así, por el Officio do Cônsul Geral do Brasil em Montevidéu sobre el contrabando en las fronteras de Rio Grande do Sul, de 30 de setiembre de 1876¹⁰, constatamos que la poblacion de Rivera vendia anualmente a la provincia de Rio Grande, 2.000.000\$000 de mercaderias.

Las casas de comercio de Rivera, mencionadas en el referido oficio, tenian el valor aproximado de suas ventas anuales de mercaderias, conforme lo que abajo demostramos:

Garcia & Cia.	600.000\$000
Querolo, Dias & Cia.	400.000\$000
Corradini, Luppi & Cia (Bras.)	200.000\$000
Angelo Corrêa (bras.)	200.000\$000
Luiz I. Garcia	100.000\$000
Manuel Albanal & Cia.	100.000\$000
Carlos Giudice	400.000\$000
Total	2.000.000\$000

FONTE: Consulado Geral do Brasil em Montevidéu, 30 de setembro de 1877, p. 4. Arq. Hist. do Itamaraty, RJ.

Destaca también el Representante Consular Brasileño, Eduardo Carlos Cabral Deschamps, en el mismo oficio, que además entraban por la frontera terrestre en territorio brasileño y por medio del contrabando, procedentes de Santa Rosa, Santo Eugênio, y de las numerosas casas de comercio desde la costa del rio Quarain hasta Livramento, cerca de 4.000.000\$000 de mercaderias. Al mismo tiempo que se hacia el conrabando desde el Estado Oriental para Rio Grande do Sul, también se hacia desde esta provincia para Uruguay con la producción brasileña, principalmente de yerba mate, azúcar, tabaco, aguardiente y maderas.

Ciertamente, todas las medidas pensadas en la época para frenar el contrabando, se mostraban insuficientes ya que de acuerdo con los comentarios de Dechamps, la posición topográfica sumada a la perfecta articulación entre los contrabandistas, era un óbice que acababa por garantizar la continuidad de ese comercio. De ahí su descreencia en las medidas oficiales que pudiesen ser empleadas¹¹.

(10) Officio do Cônsul Geral do Brasil em Montevidéu, sobre o contrabando nas fronteiras do Rio Grande do Sul, em 30 de setembro de 1876. In: Relatório do Ministério da Fazenda, 1877, p. 4 Bibliot. Nacional, RJ.

(11) Officio cit. p. 5.

Sin embargo, a medida que la faja fronteriza de Rio Grande do Sul con los países vecinos se tornó vulnerable a la penetración del capital extranjero, notamos que las preocupaciones oficiales tendieron a neutralizar el comercio local de contrabando, sugeriéndose entonces, una política combinada de los tres países implicados - Brasil, Argentina y Uruguay - a través de la aplicación de leyes más efectivas y de su estricto cumplimiento, a fin de evitar la evasión de los beneficios del comercio legal para el fisco nacional.

De esa forma:

“... cumpre que os três Governos interessados na extirpação deste cancro das rendas de seus respectivos Estados se deem a mão¹², e reciprocamente se auxiliem, por meio de um ato solene, que ateste a sinceridade e empenho com que eles querem não só acabar com essa criminosa indústria, como ser auxiliados em tão árdua tarefa, pelo mais desenvolvido zelo das autoridades suas subalternas, de quem essencialmente depende o bom ou mau êxito das medidas que se quiserem tomar”¹³.

Esa política de unión entre los tres Gobiernos nacionales, señala, a nuestro entender, una nueva fase de las economías nacionales, cuando, las respectivas oligarquías, en plena alianza con el capital inglés, ofrecieron nuevos caracteres a las relaciones inter-regionales platinas de aquellas zonas fronterizas, que antes ejercieron un papel catalizador de las viejas formas mercantiles.

La cuestión de la equiparación de las tarifas entre los dos países se transformó, por lo tanto, en una forma actuante de control estatal al contrabando y de la protección de las actividades legales, impidiendo la continuidad de una práctica perniciosa a las Rentas del Estado, “... em provecho de asociaciones de hombres aventureros y audaces que de ninguna utilidade son para el país”¹⁴.

La mudanza de rumbos de la política oficial destinada a combatir el contrabando, nos parece aquí, el reflejo de una época de afirmación del Estado Nacional que, a través de su oligarquía, propiciaba la canalización de los intereses regionales en beneficio de una clase de gobernantes que aceptó conscientemente su papel de “socios” del comercio internacional.

Realmente, cada frontera tiene, pues su historia y, en el caso de la faja fronteriza que analizamos, constatamos que al lado de las presiones económicas, demográficas e ideológicas, también se hicieron presentes, la cultural y el propio grado de desenvolvimiento socio-económico de aquella

(12) Subrayado nuestro.

(13) Relatório do Ministério da Fazenda, cit., 1867, p. 67.

(14) Offício do Cônsul Geral do Brasil em Montevidéu... cit., p. 4.

población, haciendo con que, a lo largo del tiempo, su estabilidad ofreciese condiciones para una permeabilidad de tal orden que se transformó en área de convergencia del Plata, captadora de influencias no solo locales, sino también nacionales e internacionales.

Muy natural, por lo tanto, dentro de ese contexto, que fuese ocurriendo, no solo y gracias a las actividades ilegales del comercio, sino también por la propia ingerencia de todo el sistema capitalista, una progresiva interpenetración que asimiló brasileños y uruguayos en una íntima vinculación de influencias recíprocas donde, el propio dialecto hablado hasta hoy, principalmente por los sectores populares, tiene además de las similitudes lingüísticas, caracteres ético-religiosos comunes e intereses económicos próximos, toda una ideología política que permea las estructuras de poder.

Así, las mutaciones político-económico-culturales de esa faja fronteriza, principalmente después del período que analizamos, está a la espera de profunda investigación. Inexistente hasta el momento, a fin de elucidar la continuidad, o no, de esa plasticidad de la franja fronteriza, donde, las actividades del contrabando con los países vecinos, ciertamente ahora en otro contexto histórico donde el control estatal tendrá otros objetivos más claros y más precisos de interiorizar sus intereses comerciales para beneficio del gobierno central, traerá desdoblamientos más serios que permeabilizarán la política de los años subsecuentes.

Creemos que grandes conjuntos económicos, por razones y a través de canales diferentes, convergiran en la misma dirección política, apuntando para el fortalecimiento del Estado y, conseqüentemente de la faja fronteriza, debilitando las oligarquias cuya ideología podrá continuar a orientarse en la instauración de lo "nuevo" afectando el papel de ese grupo con una ambigüedad fundamental, que hará cada vez más difícil su caracterización. En verdad, es el desafío que lanzamos en este significativo congreso dentro de lo que creemos ser fundamental al investigador social: responder y superar desafíos.

BRASIL E ARGENTINA: UM ENFOQUE HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO

Luciara Silveira de Aragão e FROTA

A política exterior sofre as influências de fatores que conduzem a mudanças profundas, caracterizadas por crises que englobam problemas políticos, econômicos e sociais.

Os interesses políticos e econômicos mundiais são, em grande parte, os responsáveis pela forma e pela condução da política exterior Sul-americana. Estes interesses impedem ou facilitam que os interesses de países como Argentina e Brasil, sejam expressos adequadamente na ordem internacional e no funcionamento das relações interamericanas.

Sem nos aprofundarmos na discussão do significado da palavra integração, usada muito freqüentemente na linguagem política no cenário latino americano, devemos discutir também a situação dos dois países a partir do contexto natural da região.

A integração, desde uma perspectiva binacional e tendo em conta o contexto mundial e seus reflexos em nossos países, pode chegar a ser um elemento que se introduza, no plano externo, em uma maior capacidade negociadora para a questão da dívida externa e outras tais como a do Atlântico Sul tema no qual coincidem os dois países quanto a sua manutenção como zona de paz e, por sua vez, fora da disputa leste-oeste.

Certamente, a América Latina é uma zona subdesenvolvida do Ocidente, fato que mostra a importância de um programa de desenvolvimento econômico para o continente, elabora necessariamente a partir da complementação e integração o uso dos recursos disponíveis e existentes nos países da região.

A experiência recolhida até o presente, através de distintos processos que se iniciaram seguindo a idéia da integração latino americana da década de 60 e o funcionamento de organismos de integração econômica ou comercial, como a ALALC, mostraram que esse programa, para que seja

viável, deveria estar estruturado a partir da complementação e posterior integração das economias daquelas nações que, por seu nível de desenvolvimento, tenham uma relativa similaridade de base. Este é o caso de Argentina e Brasil.

Ainda que uma análise histórica da relação entre ambos países, nos indique o predomínio das rivalidades sobre os acordos, "que têm perpetuado a separação da vontades em vez do concertamento político... e apesar desse desencontro a nível de seus governos, nada há podido impedir essa diplomacia de "povo a povo" que se consolidou em um comércio de grande importância... e uma vinculação a nível de suas populações que não conhece barreiras políticas artificiais" (Juan Archibaldo Lanús in "De Chapultepec al Beagle". Emece, B. Aires, 1983, pag. 284).

Assim, a nosso juízo, Argentina e Brasil adequando-se à realidade que oferece a conjuntura mundial atual, devem arbitrar seus recursos políticos e econômicos com o fim de lograr o equilíbrio indispensável em sua relação bilateral e em suas posições frente aos problemas de ordem política no âmbito continental e mundial.

Este entendimento argentino-brasileiro tende a ter uma particular relevância no sistema interamericano. De fato, uma consonância em suas políticas seria condição para uma maior homogeneidade na América Latina. Estas idéias já foram expressadas em 1958 por Hélio Jaguaribe ("O Nacionalismo na atualidade brasileira", ISEB R. Janeiro, 1958, p. 279), quando nos diz que "um entendimento argentino-brasileiro levaria quase automaticamente a articulação da América Latina".

Consideramos que o antecedente desse processo de integração da Argentina e Brasil está na "Operação Panamericana", iniciativa formulada pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Como se recordará... "A Argentina lhe prestou apoio entusiasta desde o começo e esse apoio se foi convertendo em uma ação coordenada e decisiva nas últimas conferências internacionais" (Carlos Florit in "Política Exterior Nacional, Arayú, B. Aires, pag. 44). Realmente, a operação panamericana teve o apoio do Presidente argentino Arturo Frondizi com relação aos significado de "democracia, legalidade de desenvolvimento".

Esse programa para o financiamento do desenvolvimento latinoamericano, necessitava da ajuda financeira externa, como o programa "Alimento para a paz" a fim de permitir aos países da região desenvolverem suas potencialidades com seus próprios recursos. Assim mesmo, a "Operação panamericana" concebia o esforço conjunto, quer dizer, "envolveram a todos os países latinoamericanos, excluindo discriminações de estratégias limitada e

puramente militar a fim de evitar, dentro do possível, encontrar dentro do panorama político social latinoamericano, zonas de subconsumo ou de miséria suscetíveis de converter-se em focos de intranquilidade para os demais" (Carlos Florit, op. cit, p. 42).

Essa espécie de Plano Marshall para a América Latina foi defendida por Argentina e Brasil de forma conjunta na Conferencia de Bogotá, do Comitê dos 21 da OEA celebrada em outubro de 1960.

Sobre as bases do multilateralismo se fez possível a concretização do Tratado de Montevideo, criando a Associação Latino-americana de Livre Comércio.

Desde 1º de maio de 1958, a política exterior argentina esteve a serviço de uma política nacional de corte "desenvolvimentista" - ligada ao aparato jurídico tradicional - com uma forte preocupação com a legalidade. Esse binômio "legalidade e desenvolvimento" do governo de Arturo Frondizi, intentava superar uma estrutura econômica que considerava ultrapassada e alterava as linhas tradicionais da política exterior argentina. A proposta envolvia o câmbio de uma economia agro-pastoril por outra caracterizada pelo desenvolvimento independente dos setores básicos, tais como a indústria pesada, energia e tecnologia de ponta.

Isto implicava um câmbio nas condições de relações políticas e econômicas tradicionais da Argentina, vinculada com a Europa e particularmente com Grã Bretanha, e um tanto afastada da realidade política do continente americano. Isto não significa desconhecer que a Argentina durante os governos de Juan D. Perón havia intentado consolidar seus laços políticos e econômicos com os países de Cone Sul (Chile, Bolívia, Paraguai, Peru e Brasil).

O conceito de desenvolvimento preconizado por Frondizi, engloba o da industrialização que, na realidade, foi um dos objetivos do seu governo. Sem embargo, houve quem "lhe reprovasse como um crime porque (a industrialização) envolvia o exodo rural e a proletarização dos trabalhadores agrícolas (Alain Rouquié, in Poder militar e sociedade política na Argentina (1943-1973) "Emece B. Aires, 1982, p. 160).

Frente aos problemas suscitados com o Fundo Monetário Internacional durante os anos 1959 a 1962, Frondizi teve atitudes inusuais para a época em matéria de política internacional, entrevistando-se com o Presidente Janio Quadros, com quem acertou o chamado Pacto de Uruguiana, e com Ernesto Guevara, na oportunidade da Conferência da OEA em Punta del Este.

O encontro de Uruguiana foi uma consequência natural da política de Frondizi, que havia visitado o Brasil antes de assumir a presidência, tomando contato com o empresário e homem de letras, Augusto Frederico Schmidt e com o chanceler Negrão de Lima, homens de confiança do Presidente Kubitscheck. No Pacto de Uruguiana ficou oficialmente subscrito o método da consulta prévia entre ambos os governos sobre as questões de política regional e internacional, que havia tido vigência prática durante o mandato de Kubitscheck.

A renúncia de Janio Quadros exacerbou os problemas de política interna no Brasil, fortalecendo nos militares os receios despertados por uma suposta aproximação entre Frondizi e Guevara, sendo este um dos motivos do golpe militar na Argentina (23 de março de 1962).

A partir da renúncia de Quadros e da queda de Frondizi, as questões relativas às relações entre ambos países foram tratadas através dos canais diplomáticos tradicionais. Dessa forma, nada ficou da proposta de Quadros a Frondizi sobre o aproveitamento dos rios da Bacia do Prata.

Em 1965, o governo argentino realizou consulta aos governos da Bolívia, Paraguai e Brasil sobre os aproveitamentos dos rios e ante as respostas positivas, o então chanceler argentino, Miguel A. Zavalla Ortiz, formalizou em 2 de junho de 1966 os convites para uma reunião e solicitou a colaboração do embaixador argentino em Tóquio, Guilherme Cano, para a preparação de um projeto conjunto dos recursos hídricos, antiga proposta de Quadros a Frondizi, porém outro golpe de estado na Argentina, dessa vez contra o governo de Arturo Illia interrompeu este processo.

Quatro anos mais tarde, sendo chanceler argentino Nicanor Costa Méndez, firmou-se em Brasília em 23 de abril de 1969, o Tratado da Bacia do Prata mediante o qual o projeto de integração passou de um meio de cooperação entre os países da Bacia, a um objeto de tensão e comparação de forças, adquirindo “a partir de sua institucionalização e ainda antes, uma muito diferente significação para o governo da Revolução Argentina. Tal projeto passou a ser considerado na prática, como um instrumento para medir a política de rivalidade entre Argentina e Brasil, em tudo o que se refere à potencialidade energética dos rios e a construção de obras de estrutura física” (Lanus, op. cit., p. 298).

Inclusive, durante o período de governo do Presidente Juan C. Onganía, a questão dos rios da Bacia do Prata foi nitidamente um jogo de competição geopolítica e as pressões argentinas no campo do direito internacional sobre a questão da consulta prévia, não conseguiram, contudo, freiar o avanço das obras brasileiras.

Durante o governo Alejandro Lanusse, os chanceleres, da Argentina, Eduardo Mc Loughlin e do Brasil, Gibson Barbosa, subcreveram o Acordo de Nova York, que logo se transformou em um projeto de resolução das Nações Unidas. A isto se seguiram em 1972, os acontecimentos sobre as denúncias argentinas por supostas violações por parte do Brasil de compromissos internacionais, relacionados como o "princípio da publicidade". Com a visita do Presidente Lanusse a Brasília, a situação imperante nas relações entre ambas nações não experimentou nenhum câmbio favorável. Tudo estava então submetido a uma solução da questão Corpus e Itaipú e no centro da mesma, estava o fato de que, com relação aos rios da Bacia do Prata, a Argentina era um país de águas abaixo, daí sua desvantagem frente ao Brasil.

Durante os governos de Héctor Campora, Juan D. Perón e Ma. Estela de Perón observou-se uma mudança política na Argentina com relação ao Brasil, deixando-se de lado os esforços para ganhar batalhas jurídicas. Porém, sem dúvida alguma, a questão da Bacia do Prata coincidiu com um dos períodos dos mais tensos nas relações bilaterais entre Argentina e Brasil, causando não poucos prejuízos e demoras no processo de integração.

Nos últimos anos da década passada, verificou-se uma aproximação a nível dos Presidentes Rafael Videla e João Figueiredo, que não esteve alheia às doutrinas militares vigentes entre os dois países. Pelo lado argentino, desde o começo de seu governo, o General Videla mostrou seu interesse em melhorar a relação econômica com o Brasil, porém a questão Corpus-Itaipú seguia latente e representava um "nó górdio" pelo qual passava toda a relação entre os dois países.

Em 1978, o Ministro da Economia argentina José Martínez de Hoz visitou o Brasil tentando uma aproximação com o setor empresarial brasileiro e gerar uma corrente de inversões privadas para a reconstrução da economia argentina, porém os resultados dessa estratégia foram escassos.

Foi somente a partir da assinatura do acordo tripartite de Corpus-Itaipú em outubro de 1979 que se gerou um clima propício para a aproximação entre ambas Nações, dentro de um contexto favorável já que o Brasil colocava ênfase nas suas relações com a América Latina.

Em sua visita a Argentina, realizada em maio de 1980 o Presidente João Figueiredo subscreveu uma série de acordos que refletiam o câmbio profundo a nível político que se havia produzido nas relações bilaterais. Assim, foi que nessa oportunidade os dois governos decidiram avançar no caminho do entendimento político, mediante o memorando de consulta sobre questões de política regional e internacional; da cooperação tecnológica, com o Acordo de Cooperação sobre energia nuclear, integração

física, com a reconstrução de uma ponte sobre o rio Iguazú; comércio, com a consolidação das linhas de crédito recíprocas abertas nos respectivos Bancos Centrais; energia, com o estudo da factibilidade para a venda do gás natural argentino no Brasil.

Assim, o Presidente Figueiredo viajou acompanhado de cerca de 200 empresários brasileiros, interessados em investigar as possibilidades que oferecia o mercado argentino. Nessa oportunidade foi subscrito a "Ata empresarial Argentina-Brasil do IV Centenário de Buenos Aires", onde se deixava à iniciativa privada um papel preponderante na condução dos negócios e se estabeleciam seis setores chaves dentro do processo de aproximação bilateral: agricultura, siderurgia, química, petroquímica, engenharia, bancos e consultoria.

O Presidente Videla destacou nessa oportunidade a necessidade de estabelecer regras para o desenvolvimento do intercâmbio comercial sem vantagens de um sobre outro país, tendo em conta a situação relativa de cada país (tiempo argentino, 31-1-1984).

Na Argentina, o setor empresarial ligado a um projeto de desenvolvimento de extrema direita, fez sentir suas críticas identificando o Brasil como a Inglaterra do Século XIX. Para este setor, a Argentina assumia, através dessa associação, o papel de provedor agropecuário e de comprador de produtos industriais, criando-se com isto uma situação de dependências e uma diminuição de seu peso geopolítico.

Já em janeiro de 1981, o governo argentino, cedendo às pressões de alguns setores empresariais do país, impôs uma sobretaxa de 20% aos produtos importados do Brasil.

O governo seguinte, o do General Roberto E. Viola, tomou um compromisso com o crescimento industrial do país e foi identificado com o de João Figueiredo em função de seus projetos de abertura política. Assim, em Passo de Los Libres e Uruguaiana fortaleceu-se o processo de aproximação entre ambos países.

Sem embargo, tratou-se de um curto "intermezzo" porque devido a outra mudança de governo na Argentina em novembro de 1981, voltou-se a uma política econômica de corte tradicional, o modelo monetarista de 1976, o que em grande parte neutralizou os resultados da aproximação que se havia alcançado.

Os efeitos negativos do conflito do Atlântico Sul sobre a economia argentina, tiveram contudo um lado positivo com respeito as relações argentino-brasileiras. Com efeito, o bloqueio, disposto pela Comunidade

Econômica Europeia, gerou um incremento no comércio da Argentina com a América Latina e de modo particular com o Brasil. Não obstante isto, fatores tais como a redução da capacidade de compra em função dos gastos bélicos argentinos e o fechamento do tráfico marítimo pelo estreito de Magalhães, que encareceu os preços das mercadorias, prejudicaram as relações comerciais brasileiras com Argentina, Chile, Equador e Peru.

Para a recuperação dos níveis de intercâmbio comercial, realizaram-se reuniões de empresários em Brasília, São Paulo e Buenos Aires e em janeiro de 1983 deu-se o encontro entre os Presidentes Bignone e Figueiredo, que teve fundamental importância para a questão das ilhas Malvinas. Nesse momento, as relações comerciais entre ambos países não tinham muito relevância e por outra parte, o saldo da balança comercial era nitidamente desfavorável para a Argentina.

O quadro econômico verdadeiramente desestimulante na ordem internacional refletia-se através de um comércio deficitário para a maioria dos países latinoamericanos e novas dificuldades surgiram nas relações entre Argentina e Brasil.

A restauração da democracia na Argentina em 1983 encontrou o setor do comércio exterior com o Brasil com uma reativação das medidas protecionistas, com uma engrenagem burocrática que trabalha a emissão das licenças de importação e a abertura das cartas de crédito.

Com o advento da democracia, a Chancelaria argentina recuperou um papel mais ativo na elaboração e execução da política exterior. No período militar, essa chancelaria havia tido uma função quase limitada como a de recolher informações.

A partir de 1983, a política exterior argentina esteve ordenada por objetivos tais como a defesa da paz e o desarme, a oposição à doutrinas que pretendem subordinar a América Latina aos fins estratégicos das superpotências e, com respeito à integração, o fortalecimento das instituições mediante ações orientadas à solução dos problemas regionais e o fortalecimento das formas representativas do governo.

O Presidente Alfonsín defendeu o conceito de integração, dizendo que... "trionfará em definitivo, se se apoia na democracia e na participação dos povos" ("Clarín", 20-3-1984).

No caso brasileiro, o retorno à democracia e a ênfase nas relações bilaterais com a Argentina se fizeram dentro do marco de uma política exterior que não sofreu grandes mudanças. Quer dizer que sempre tem existido uma linha de continuidade nessa política exterior.

O fato de que a integração argentino-brasileira seja um projeto surgido em grande medida por iniciativa governamental, o faz em alguma medida menos sólida. Existem problemas subjacentes que necessariamente deverão ser negociados e resolvidos, não somente pelos governos, senão também pelos diversos setores que formam a sociedade de ambos países.

Para que essa integração seja uma realidade, o processo deve aprofundar-se com o apoio explícito de todos esses setores, incluindo as Universidades.

Essa possibilidade se coloca dentro de uma dimensão política em ambos países e compreende aspectos tais como a validade de uma cooperação militar-estratégia entre Brasil e Argentina, a continuidade dos objetivos propostos pelos governos e o próprio futuro dos mecanismos democráticos.

UM MESTRE DA PINTURA REALISTA EM SANTA CRUZ

Sirvaldo do Nascimento SOUZA

Ao concluir o elucidativo texto que valoriza ainda mais a rua recente e bem elaborada obra *O Brasil de Eduard Hildebrandt*, afirma o historiador Gilberto Ferrez ter sido aquele prussiano, “dos pintores aquarelistas que nos visitaram no século passado, sem favor, o mestre do tropicalismo realístico, jamais superado por outro artista no Brasil, não só pela arte de captar as cores e os contrastes de luz, sem olvidar o detalhe arquitetônico, como por ter escolhido ângulos não aproveitados pelos demais”.

E, de fato, manuseando cuidadosamente cada uma das páginas do exuberante álbum que nos foi doado com a dedicatória do seu laborioso organizador, é como se nos transportássemos pelo imaginário túnel do tempo até chegarmos ao Rio de Janeiro de 1844, com todo o seu colorido tropicalista e o sombreado que bem caracteriza visualmente a realidade, - “o preto no branco”, como se costuma dizer popularmente.

Recebendo-nos no último dia 23-5-89 para uma conversa no seu escritório da Rua da Quitanda (Loja Marc Ferrez), o historiador Gilberto Ferrez falou sobre as dificuldades por ele enfrentadas até que finalmente pudesse ter acesso ao legado de Eduard Hildebrandt, que hoje se encontra em parte na *Nationalgalerie*, instalada no lado oriental de Berlim, capital da República Democrática Alemã. Os obstáculos foram imensos, mas queremos acreditar que o historiador saiu-se recompensado por ter podido oferecer ao Brasil mais uma extraordinária contribuição para o estudo e divulgação da história da nossa Iconografia.

A passagem de Hildebrandt por Santa Cruz ocorreu em julho de 1844, quando o aquarelista alemão retornava de São Paulo. O primeiro desenho, medindo 187 x 277 mm é o esboço a lápis da antiga fazenda dos jesuítas: “O colégio e a igreja - observa Gilberto Ferrez no texto-legenda - dominam por sua massa, as casinhas que se foram construindo ao lado da

praça; ao longe, o campo de Santa Cruz, onde os padres criavam o gado que abastecia a cidade do Rio de Janeiro. A Fazenda de Santa Cruz já está mencionada no mapa de Luiz Albernaz, de 1610. Jean-Baptiste Debret e especialmente Maria Graham (Lady Calcott) nos deixaram outros bons desenhos dessa região”, conclui o historiador.

Acrescentaríamos por nossa conta, mas ainda com base nos próprios estudos de Gilberto Ferrez, que o austríaco Thomas Ender (1817), o belga Benjamin Mary (1838) e o prussiano Príncipe Adalberto (1842) também contribuíram para o enriquecimento da nossa Iconografia legando-nos bons desenhos da antiga fazenda jesuítica.

O segundo desenho de Santa Cruz, que aparece no álbum em fusain (espécie de carvão vegetal muito usado pelos artistas), também retrata o antigo colégio e igreja dos jesuítas, mas que, na época da passagem de Hildebrandt já funcionavam como Palácio Imperial. É nesse trabalho que podemos perceber nitidamente a essencialidade realística daquele pintor prussiano. As casinhas ao redor da monumental construção edificada pelos padres inicianos parecem ainda menores e nos oferecem um excelente e fidedigno retrato do que era a nossa “cidade honorífica” naqueles idos de 1844, cujo povoado se resumia na aglomeração de algumas poucas construções na área que hoje corresponderia às ruas Senador Camará, Ricardo Kirk, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Dom João VI e trechos iniciais da Av. João XXIII e Reta do Morro do Ar, além das atuais Praças do Gado, da Superintendência e Ruão.

Vale acrescentar que no Brasil o primeiro a divulgar mais detalhadamente a obra do aquarelista Eduard Hildebrandt foi o embaixador Joaquim de Sousa Leão, a quem G. Ferrez homenageia transcrevendo, como introdução do seu álbum, o texto publicado por aquele estudioso da nossa Iconografia inserto na “Revista da Semana”, de 22 de maio de 1937.

Entre outras informações, Sousa Leão assinala que E. Hildebrandt empreendera viagens pelo mundo a expensas de Frederico Guilherme. Aqui no Brasil teria chegado no dia 31 de março de 1844, data em que aportou no Rio de Janeiro. “Veio pela barca francesa Amélie de 310 toneladas, equipagem de 16 pessoas, com carga de vários gêneros e 14 passageiros franceses, uma inglesa e o prussiano E. Hildebrandt”, segundo dados coligidos por Ferrez no “Jornal do Comércio” de 1844, em movimento do porto - entradas no dia 31.

Além do Rio de Janeiro e de São Paulo, aparecem no álbum de Hildebrandt excelentes trabalhos produzidos na Bahia e em Pernambuco, chamando a atenção o historiador Gilberto Ferrez para as aquarelas da

estrada próxima e da fazenda do Quitite, em Jacarepaguá, pois, segundo ele, "todas estas pranchas são inéditas na iconografia carioca conhecida até agora."

(Do Boletim NOPH, mai/jun 1989)

Nota da Redação O álbum que sugeri ao autor este comentário intitula-se *The Brazil of Hildebrandt*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A., s. d. Foi impresso na República Democrática Alemã e consta de quinze páginas de texto, em inglês, da autoria de Joaquim de Sousa Leão e Gilberto Ferrez, e sessenta e seis páginas de estampas.

O BRASIL VISTO POR DOIS PRUSSIANOS

João Batista Pinheiro CABRAL

Este desprezencioso trabalho, de natureza eminentemente informativa, procura apresentar ao leitor os escritos de dois viajantes prussianos sobre o Brasil, mais precisamente sobre o Rio de Janeiro, produzidos entre 1819 e 1820. Aqui se tenta oferecer uma amostra do volume intitulado *o Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*, de autoria de Theodor Von Leithold e Ludwig Von Rango (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966), Coleção Brasileira, volume 328, tradução e notas de Joaquim de Souza Leão Filho.

Em realidade esse volume representa uma fusão de dois trabalhos escritos por autores distintos que, embora fossem parentes - eram tio e sobrinho, respectivamente - sendo originários da mesma região da Europa, a Prússia, e tenham estado no País na mesma época, 1819-1820, referem-se ao Brasil cada um a seu modo e em estilos bastante diferentes.

O primeiro trabalho, de autoria de Theodor Von Leithold, tem os seguintes títulos e subtítulos: *Minha excursão ao Brasil ou viagem ao Rio de Janeiro e volta acompanhada de minuciosa descrição dessa capital, da vida na corte e seus habitantes, bem como de alguns conselhos para os que buscam melhorar sua sorte no Brasil*. Foi publicado originalmente em Berlim, no ano de 1820, pela livraria MAURER.

O segundo trabalho, de autoria de Ludwig Von Rango, veio a lume primeiro em Bruxelas, em 1820, e depois em Leipzig, no ano de 1821, com o título de *Diário de minha viagem até o Rio de Janeiro no Brasil e volta, nos anos de 1819 e 1820, em Cartas*.

O que teria trazido esses dois viajantes prussianos ao Brasil? Que visão tiveram eles de nosso País e de sua capital à época em que o visitaram?

Antes de procurar encontrar respostas para essas perguntas achamos conveniente traçar um esboço do perfil do Brasil, no contexto do

império português de então, tecendo também alguns breves comentários acerca do período histórico mundial que vai desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, até as vésperas de seu regresso à Europa, em 1821.

Quando as tropas francesas comandadas pelo General Junot alcançaram os arredores de Lisboa, em fins de novembro de 1807, a família real apressadamente embarcou para o Brasil sob a escolta e proteção de marinha inglesa. Isto foi apenas mais uma evidência de que Portugal, já há mais de um século, havia se transformado, em realidade, numa espécie de protetorado econômico da Inglaterra. Quando as guerras napoleônicas agitaram toda a Europa, Portugal teve que escolher entre o imperialismo econômico da Grã-Bretanha e o imperialismo militar do Imperador dos franceses. Havia na Corte Portuguesa partidários dos dois lados, mas acabou prevalecendo a opinião do grupo anglófilo e, assim, a Rainha-mãe, incapacitada por doença mental, o Príncipe Regente, futuro D. João VI e um grande número de funcionários, nobres, membros da corte zarparam para o Brasil, sob a proteção da marinha britânica, como já referido.

Após uma breve escala na Bahia, os soberanos e demais exilados dirigiram-se para o Rio de Janeiro. Deste modo, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro tornou-se a capital temporária de todo o vasto império português. De acordo com Oliveira Lima, em sua obra *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, este feito notável tem características ímpares na história mundial. Subitamente o trono de um dos grandes impérios do velho mundo transfere-se para o Rio de Janeiro. Esse império era tão vasto que incluía, além do Brasil, as ilhas de Cabo Verde, Açores, Madeira, os vastos e inexplorados territórios de Angola e Moçambique, na África, e, ainda, feitorias ou estabelecimentos na Índia e China, na Ásia, e na Oceania.

Esta mudança trouxe, naturalmente, grandes transformações e algum progresso para o Brasil. José da Silva Lisboa, um dedicado discípulo de Adam Smith, juntamente com o Conde da Ponte, então governador da Bahia, logo obtêm do Regente a abertura dos portos, com as vantagens especiais concedidas à Inglaterra.

Muitas outras mudanças se seguiram à abertura dos portos, as quais modificaram profundamente a vida da outrora sossegada colônia, especialmente no que diz respeito ao Rio de Janeiro. Esta cidade foi forçada a se adaptar à condição de anfitriã da corte européia. Assim, experimentou uma avassaladora onda de progresso, de desenvolvimento e cresceu rapidamente. Nessa época, muitos estrangeiros foram atraídos para o Brasil. Eram cientistas, técnicos, homens de saber, artistas e aventureiros que, não raras

vezes, a convite da Coroa vinham para o Brasil. Em 1816, por exemplo, aqui chegou uma missão de artistas franceses, vinda por sugestão do Conde da Barca, ministro de D. João VI, a qual era composta de pintores, escultores, arquitetos e músicos. Essa missão viria a se constituir no núcleo em torno do qual se formaria depois a Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Entre os estrangeiros notáveis que visitaram o País naquela época encontram-se, para citar apenas alguns, Karl Friedrich Philipp Martius, Johann Baptist Von Spix, membros da missão científica bávara que chegou em 1817, com a Arquiduquesa Maria Leopoldina, filha do Imperador Francisco I da Áustria, então noiva e depois esposa de D. Pedro de Alcântara - futuro Pedro I. Veio também o artista vienense Thomas Ender, autor de desenhos maravilhosos e coloridos sobre o Brasil; e mais Auguste de St. Hilaire, Eschwege, Príncipe Max de Wied-Neuweid e outros. Essas presenças ilustres na corte do Rio de Janeiro parecem indicar, claramente, que o Brasil deixara de ser uma simples colônia de exploração e tornara-se um ponto de convergência de ilustres representantes da cultura européia.

Mas há outro tipo de viajantes que vêm também nessa época ao Brasil. São aqueles que para cá se dirigem, como disse o próprio Theodor Von Leithold, "em busca de melhora da sorte no Brasil". E foi precisamente por esse motivo que os dois prussianos, autores do volume que aqui se resenha, empreenderam a então ainda desconfortável travessia do Atlântico em direção ao Brasil.

Theodor Von Leithold foi um capitão de cavalaria, reformado, de um ex-Regimento Real de Hussardos Prussianos, veterano da campanha da Rússia, que foi atraído ao Rio de Janeiro pela transferência da Corte Portuguesa, tendo chegado aqui em outubro de 1819. Era cunhado de Silvestre Pinheiro Ferreira, um eminente estadista português, conselheiro e ministro de D. João VI. Tinha esse ex-oficial prussiano a intenção de se estabelecer nos arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro, onde pretendia tornar-se cafeicultor, contando para tal com os bons ofícios do parente e amigo influente. Graças às boas amizades do cunhado, pretendia o nosso intímato cavalarião hussardo conseguir uma subvenção do Rei da ordem de oito contos de réis.

A aventura no Brasil, da qual participaram o sobrinho e a filha, não teve um início muito auspicioso. Logo ao desembarcarem do navio que os trouxera ao Rio de Janeiro, após uma viagem de dois meses e oito dias (68 dias), cansados e famintos, descobriram não ser possível àquela hora, pouco depois das oito da noite, encontrar veículo disponível para o transporte até o local onde se hospedariam. Com a ajuda de um guia, porém, conseguiram

chegar, após caminharem por duas horas, à residência do parente que procuravam. Infelizmente, ao chegarem à casa do bom cunhado Silvestre Pinheiro Ferreira não encontraram ninguém da família. Depararam-se tão somente com uns escravos, que se recusaram terminantemente a abrir as portas aos estranhos. A solução foi hospedaram-se momentaneamente, na casa do ministro dinamarquês, que morava nas proximidades. O ministro chamava-se Dal Borgo di Primo, mas o autor equivocadamente o chama de Dal Borgo D'Olinda. Na casa do dinamarquês permaneceram até a chegada de Silvestre Pinheiro Ferreira.

Após o reencontro familiar, rapidamente descrito, Leithold passa a relatar aspectos dos bairros do Rio de então. Os ministros, os cônsules estrangeiros e muitos ingleses residiam no Catete. Os chafarizes, conta-nos o prussiano, são supridos pelo soberbo aqueduto da cidade, e elegantemente construídos em pedra. Tão sofisticados e bem acabados são que logo o nosso visitante os compara aos existentes em Paris! Já as touradas, oferecidas ao público por ocasião do aniversário da princesa real, não o impressionam favoravelmente, pois o touro e os toureiros não se comparavam aos espanhóis. O progresso urbano do Rio era bastante desnivelado. Em contraste com a beleza e suntuosidade dos chafarizes, o comércio, especialmente o varejista, chamou a atenção de Leithold pela desorganização. Não há uma travessa, mesmo num raio de cinco ou seis horas em torno da cidade, que não tenha a sua venda a pouca distância uma das outras", informa o prussiano. Para ele, esse modo de comércio "era fruto do comodismo e da imprevidência com que os portugueses praticam sua economia doméstica, comprando só o que pode ser levando em pequenas quantidades". As condições de higiene desses estabelecimentos eram péssimas. "O mau cheiro que se exala dessas vendas é insuportável e estão sempre repletas de escravos bêbados", diz-nos o ex-hussardo. Os produtos vendidos nesses estabelecimentos e mercados vinham de fora: farinha de trigo (dos Estados Unidos), manteiga e batatas (da Inglaterra), cebolas (de Portugal), vinho (da França, Espanha, Portugal e Ilha da Madeira) e cerveja - tipo Porter (da Suécia).

Os aluguéis, prossegue Leithold, são extravagantemente altos; o aluguel de uma casa modesta custava entre 14 e 16 mil réis por mês, sem móveis. E era difícil alugar-se uma, afirma. Os carros de aluguel eram de dois tipos: fiacre, para mais de um passageiro, e sege, um tipo de coche de duas rodas e lugar para um só passageiro. Esses antecessores dos táxis custavam altos preços e eram alugados por corrida, por hora ou pelo dia inteiro, especialmente se o freguês era estrangeiro.

Leithold impressionou-se com a quantidade de negros no Rio. Para ele a proporção era de 5 negros para cada branco na cidade, "isto devido

à grande quantidade de escravos já existentes e da enorme quantidade que continuava a ser importada.” Sobre os escravos ele nos diz: “não se pode negar que grande número de escravos, na letargia em que caem, precisam ser tratados com severidade, mas também encontrei muito negro talentoso e de sentimentos mais delicados do que os dos brancos, que os tratam ao campricho do momento, como se fossem cães.”

A descrição do beija-mão real, que hoje lembraria as homenagens que periodicamente se prestam aos chefes e patrões neste país, eram cansativos e repetitivos. “Contei”, diz-nos Leithold, “numa noite dessas, trezentas pessoas, de modo que o rei teve a mão beijada seiscentas vezes!” Leithold testemunhou a chegada dos primeiros imigrantes suíços vindos para o Brasil, que se fixaram em Cantagalo, na então, província do Rio de Janeiro, onde fundaram a cidade de Nova Friburgo. Eles partiram do porto de Roterdan. Mas não eram somente suíços que imigravam para o Brasil. O país tornara-se um centro de absorção de emigrados, atraindo imigrantes de várias partes da Europa.

Por se dedicar muito à descrição da vida na cidade, pouco espaço, apenas um curto capítulo, sobrou no livro para descrever as atividades agrícolas desenvolvidas à época no País. Assim, o ex-capitão de hussardos, que ao sair da Prússia pensava em transformar-se, com a ajuda do influente cunhado, num próspero fazendeiro de café, chega à conclusão de que não lhe será possível materializar suas aspirações, pois a empresa requeria um investimento muito alto em tempo e dinheiro. “Uma fazenda de café pode assegurar a existência de um estrangeiro se ele dispuser no mínimo de um capital de 6.000 a 8.000 tálers, como base, e se se dispuser a esperar, dependendo da natureza do solo e esmero do plantador, entre três e cinco anos pela primeira colheita.” escreve o prussiano.

Mas não foi somente seu desencanto com a cafeicultura que o levou a retornar à sua terra natal. O fato de haver sido vítima de uma “instituição” - hoje vulgarizada nos grandes centros urbanos - o assalto - também deve ter influído nesta decisão. Nas palavras do autor, eis o que se deu. “O destino perseguiu-me também no Rio de Janeiro por todos os modos, tornando esta terra, em que o europeu em vez de leite e mel só encontra amarguras, ainda mais odiosa”. Tinha saído da Ópera e dirigia-se para casa, por volta da meia-noite, quando um desconhecido armado com um cacete começou a segui-lo. O nosso prussiano tenta desviar-se, procurando abrigo atrás de um muro onde, por azar seu, estavam mais três comparsas do assaltante. Em suas palavras, eis o que se passou: “teria andado um quarto de hora quando, detrás de um muro em ruína, assaltou-me o diabo do negro com

seu cacete, pelo lado esquerdo da rua, a gritar: vinténs! Respondi-lhe logo: ni vinténs! Três outros saíram ao meu encontro detrás do muro, meio escondidos pela vegetação, brandindo punhais... Pus-me a gritar com toda força: Polficial!... passei a gritar em Francês, Latim e Português etc. para que me abrissem a porta, fiz tinir o dinheiro na minha bolsa e gritei. Fidalgo! Tudo em vão. Ninguém me abria a porta em frente da qual me achava e de onde vinha uma luz. Tampouco as vizinhas. Corri para outras casas e fiz o mesmo barulho, sem êxito. Em toda a vizinhança silêncio de morte, e eu, sozinho na noite, banhado de suor, à espera, cada momento, da reaparição dos diabos com suas facas." Oito dias depois desse assalto, foi vítima de um furto em sua residência, ficando com pouca coisa mais do que a roupa do corpo. Essa sucessão de desastres faz com que o nosso visitante tomasse a decisão de deixar o Rio de Janeiro pelo primeiro navio, o que veio a acontecer. Retornou à Europa em companhia da filha, a bordo do navio "Fortuna". O sobrinho com quem havia viajado ao Brasil, Ludwig Von Rango, decidira permanecer no País por mais algum tempo. O trabalho produzido por Ludwig Von Rango constituiu-se em uma série de cartas a um pretense amigo, Egmont.

Rango não demonstra, ao longo dessas cartas, muito entusiasmo pelo que encontra no Rio. Ao referir-se ao Palácio Real, por exemplo, assim o descreve. "O Palácio Real, lindamente situado e habitado mais pela família do que pelo rei propriamente, está longe de ser majestoso. Pode apenas ser comparado a uma casa grande das nossas". Como seu tio, Rango impressiona-se com o aqueduto que abastece a cidade e os chafarizes para uso do público. Nota que, entre os estrangeiros, predominam ingleses e franceses, mas há habitantes oriundos de inúmeros outros países. Isto lhe é incompreensível, pois não imaginava encontrar tantos estrangeiros em paragens tão distantes. Admira-se que tantos milhares de europeus possam permanecer tanto tempo no país, movidos, acha ele, uns pela ganância, outros pelo desejo de cultivar a terra e, pelo trabalho, conseguirem fortuna. As chances destes últimos, achava Rango, seriam mínimas, pois as condições climáticas não eram favoráveis. As igrejas, a religião e a nobreza são objetos de atenção e de crítica deste visitante prussiano. Entretanto, como seu tio, impressiona-se com a qualidade da música de Marcos Portugal, mestre da Capela Real. É duro com os religiosos. Em parte alguma do mundo, diz ele, "existem mais padres e vi meos religião do que no Brasil". O clero e a nobreza gozam de privilégios neste País como nenhuma classe na Europa pode gabar-se de possuí-los. O beija-mão real, como o seu tio, compatriota e companheiro de viagem já se referira, também lhe causa impressão desfavorável, pela excessiva bajulação.

Uma boa parte da estada no Rio é gasta por Von Rango reunindo tudo o que diz respeito à história e geografia do Brasil, com o objetivo de

elaborar um trabalho sobre o País, quando do seu regresso à Europa. De fato, em algumas das cartas refere-se com detalhes ao tipo de costas, terras cultiváveis, ao solo, às plantas, às frutas e discorre, à semelhança do que fizera o seu tio, sobre o comércio e os artigos importados e exportados da Europa e para a Europa pelos comerciantes do Rio de Janeiro, alongando-se, naturalmente, nas considerações sobre o café, o açúcar e o algodão, produtos brasileiros de grande importância na época. É, em muitas ocasiões, mais minucioso do que o tio. Menciona as relações comerciais do Rio de Janeiro com as Índias Orientais, com as ex-colônias espanholas, Inglaterra, França, Holanda, Portugal e com as cidades alemãs de Hamburgo e Bremen, “de onde vinham toda sorte de panos de linho”.

Durante suas últimas semanas no Brasil o tempo é gasto em viagens. Juntamente com alguns companheiros estrangeiros, Rango vai a São Lourenço e a Cabo Frio. Avidamente toma notas durante a viagem. Descreve os caminhos, os meios de transporte, especialmente os carros de bois, que odiava por causa do barulho que ele descreve como sendo “música intolerável, capaz de enlouquecer”. Observa a prática das queimadas, “bosques incendiados, dos quais ficaram os troncos, parecendo ruínas”. Admirava-se com as plantações escondidas entre morros, com os brejos e pastagens, com tudo que desfilava ante os seus curiosos olhos durante o dia. Pouco depois, desiludido como o tio, regressava à Europa a 7 de fevereiro de 1820.

De volta à Europa, esses dois viajantes prussianos preocupam-se em encontrar editores para seus trabalhos, frutos das anotações e das experiências vividas no Brasil que, no decorrer do tempo, desde suas visitas até nossos dias, tem mudado tanto em alguns aspectos e em outros não. Graças aos diligentes cuidados em guardar detalhes e ao poder de observação da dupla prussiana, Von Leithold e Von Rango, podemos hoje olhar retrospectivamente para o Rio de Janeiro e para o nosso País de 1819 e 1820 e contemplar pela janela do tempo interessantes aspectos do Brasil de então.

A última observação pertinente, neste breve trabalho, talvez seja a total omissão dos dois preclaros visitantes quanto a qualquer possibilidade de êxito ou mesmo da própria existência de um movimento pró-independência política do Brasil, fato que viria a acontecer logo após o retorno deles à Europa. Isto denota a visão etnocêntrica européia e profunda identidade de interesses entre os autores e nossos colizadores lusitanos.

No contexto geral da chamada “literatura dos viajantes”, obras sobre o Brasil escritas por pessoas que aqui viveram por algum tempo, o volume aqui resenhado representa uma preciosa contribuição, podendo servir como ponto de partida de inspiração ou de ilustração tanto para leigos como para neófitos ou iniciados nos estudos de nossa História.

ARQUIVOS MUNICIPAIS NA AMÉRICA LATINA*

Ana Maria de Almeida CAMARGO**

Ainda que recentes, são notórios os esforços dos diversos países latino-americanos por alcançar maior padrão de eficiência na área arquivística, promovendo a modernização das instituições encarregadas da administração de documentos nas suas diversas fases e produzindo uma legislação que procura, cada vez mais, afastar-se de modelos tradicionais.

A literatura existente sobre o assunto permitiria traçar, em linhas gerais, um panorama da situação nos diferentes países, considerados individualmente. Mas a somatória de tais balanços (por mais que se pretenda evitar o risco de uma generalização excessiva) não justificaria, a não ser de modo artificial, a unidade sobre a qual pretendemos discorrer: a América de língua espanhola e portuguesa, o conjunto formado por 20 países¹ que ostentam hoje, em função da mesma herança ibérica, uma história institucional com muitos pontos em comum.

Deixando de lado as diferenças de caráter econômico, social e cultural que estabelecem fronteiras bem nítidas entre esses países, ou mesmo entre regiões no interior de um único país, é possível tratar a questão dos arquivos municipais latino-americanos de uma perspectiva global, fazendo uso de aproximações e recorrendo a exemplos pontuais para ilustrar exceções e casos típicos. Tomemos, pois, como premissa, a chamada "unidade documental americana"².

(*) Trabalho apresentado no Seminário da Seção de Arquivos Municipais do Conselho Internacional de Arquivos, realizado em Amsterdã (Holanda), em maio de 1990.

(* *) Professora do Departamento de história da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

(1) Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico (estado livre associado aos Estados Unidos da América do Norte), República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

(2) Expressão da renomada arquivista espanhola, Vicenta Cortés. CORTÉS ALONSO, Vicenta - "La unidad documental e las Américas". In: - Diez años de cooperación archivística iberoamericana: Curso sobre Organización y Administración de Archivos de Madrid. Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericano - Organización de los Estados Americanos, (1985). p. 96-103.

As fontes em que nos baseamos são predominantemente bibliográficas, merecendo destaque os trabalhos que tentaram uma visão de conjunto do problema e os textos normativos não só sobre a instituição municipal³, mas também sobre a prática arquivística⁴. Não tendo sido possível aplicar a tão vasta extensão territorial (quase 20.000.000 km²) um instrumento que permitisse o tratamento estatístico dos dados, valemo-nos de questionário de carácter qualitativo a que foram submetidos os participantes do I Seminário de Arquivos Municipais para Ibero-América, realizado em Madri em março do corrente ano⁵.

*

Os arquivos municipais são, antes de tudo, o produto necessário do funcionamento de instituições criadas para satisfazer a demanda social de serviços e as necessidades mais imediatas das comunidades locais. Com tal aceção e como entidades de direito público - condição que alcançaram já na Idade Média -, os municípios ibéricos foram transplantados para o Novo Mundo; carregaram consigo, além de normas básicas de organização de documentos, diretrizes para o sistema de registros, para o controle de consulta e empréstimo e também para a guarda, operação que envolvia desde a responsabilidade legal da custódia até o uso de arcas e chaves⁶.

(3) A mais recente e completa compilação está em: *Leyes municipales iberoamericanas*. Madrid, Unión de Ciudades Capitales Iberoamericanas (UCCI), 1989. 4 v. (Colección de Estudios Municipales). A obra abrange Espanha, República Dominicana, Paraguai, Uruguai e Portugal; (1º volume); Argentina, Bolívia, Cuba, Guatemala, México e Porto Rico (2º volume); Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua e Peru (3º volume); Brasil, Chile, Equador, Honduras, Panamá e Venezuela (4º volume).

(4) A legislação arquivística dos países da América Latina foi publicada na revista *Archivum*: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Panamá, Peru, Porto Rico, Uruguai e Venezuela (vol. 21, de 1971); Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Uruguai, Venezuela (vol. 22-23, de 1972-1973). Ver também: TANODI, Aurelio - Notas sobre la legislación archivística latinoamericana. *Anuario Interamericano de Archivos, Córdoba (Argentina)*, 11: 7-33, 1984. O trabalho vem acompanhado dos dispositivos legais, reproduzidos na íntegra, dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Equador, El Salvador, Haiti, Honduras, México, Peru, Uruguai e Venezuela.

(5) O Seminário, promovido pela Unión de Ciudades Capitales Iberoamericanas, reuniu representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá e Peru. O questionário a que responderam versou sobre os tópicos reproduzidos em anexo.

(6) Sobre o assunto, ver: CORTÉS, Vicenta - *Archivos de España y América: materiales para un manual*. Madrid, Editorial de la Universidad Complutense, 1979.

A prática sobreviveu ao período colonial e à existência de “cabil-dos” e “câmaras”; foi objeto de sucessiva regulamentação ao longo do tempo, independentemente da forma que os municípios assumiram em cada país (entidades com poderes próprios ou simples divisões administrativas do poder central); e chegou aos nossos dias padecendo de “incúria crônica”⁷.

O panorama dos arquivos municipais latino-americanos, exceção feita aos da maioria das capitais de departamentos, províncias ou estados, é verdadeiramente desalentador. Sua principal característica, reiterada nos depoimentos recolhidos e presente nos trabalhos que vêm sendo publicados em obras especializadas⁸, é a ausência de condições institucionais de funcionamento, a que se aliam problemas de recursos humanos, materiais e técnicos. Ocupando posição insignificante na estrutura administrativa, sem contornos definidos, quase sempre associados a órgãos que desenvolvem outras atividades, os arquivos municipais ressentem-se da falta de pessoal especializado, de mobiliário adequado e da aplicação de procedimentos técnicos compatíveis com suas responsabilidades.

Tudo se passa como se os diferentes estágios por que passam os documentos em seu ciclo vital, com a equivalente diversificação do uso que deles se pode fazer em cada etapa, não fossem elos indissolúveis da mesma cadeia. Os arquivos municipais latino-americanos existiram e existem, em sua maioria, sem projetar para o passado ou para o futuro o potencial informativo de seu acervo, numa perspectiva verdadeiramente atomizada do fluxo documental.

Pode-se dizer, em primeiro lugar, que foram bem pouco afetados pelas políticas de valorização do passado que, em momentos específicos da vida de cada país, levou à formulação de projetos de resgate das chamadas raízes da identidade nacional e à criação de organismos para lhes dar suporte. Basta lembrar que a independência política de países como o México, a Argentina e o Brasil o aparecimento de institutos históricos, academias literárias e arquivos nacionais, mas não considerou os acervos acu-

(7) Conforme a expressão usado por: CAYETANO MARTÍN, María del Carmen - Archivos municipales en América y España (s. XV-XVIII). Boletín de la ANABAD (Asociación Nacional de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos y Documentalistas), Madrid (España), 39 (1): 3-14, enero-marzo 1989.

(8) É o caso, por exemplo, do relato feito por Jorge Roberto Emiliani sobre os arquivos municipais (cerca de 240) da província de Córdoba, na Argentina, todos eles em situação precária. O autor chama a atenção para o fato de Córdoba ser uma das províncias que conta com larga tradição arquivística, sede da mais famosa Escola de Arquivistas da América Latina. Emiliani, Jorge Roberto - Los archivos municipales de la Provincia de Córdoba, Argentina: su situación actual; posibles soluciones. De archivos y archivistas: homenaje a Aurelio Tanodi. Washington, Departamento de Asuntos Culturales - Secretaría General - Organización de los Estados Americanos, 1987. p. 42-51.

mulados nos diversos municípios como testemunhos significativos da nacionalidade que era preciso construir.

Instrumentos imediatos do governo local, os arquivos municipais continuam a manter como horizonte o tempo mínimo de vigência administrativa ou legal dos documentos sob sua custódia, não se preocupando com o valor referencial de médio e longo prazo que possam vir a ter, seja para o poder público, seja para a comunidade como um todo. As operações de recebimento, registro, distribuição, expedição e acompanhamento de documentos - que constituem a rotina dos serviços de expediente e protocolo a que, via de regra, estão associados os arquivos municipais - acabam por sobrepor-se às de guarda, estágio final de uma seqüência que se renova diariamente. E os documentos acumulados passam a ter o caráter de corpos estranhos e indesejáveis, oportunidade em que, sem qualquer processo de avaliação, ou são removidos para porões e depósitos distantes, ou sumariamente eliminados. Na melhor das hipóteses, e sob o impacto de programas de preservação do patrimônio histórico⁹, como ocorre no Brasil, a documentação mais antiga da municipalidade é removida para bibliotecas, museus ou centros universitários de pesquisa, interrompendo definitivamente sua ligação com os órgãos de origem.

A síndrome dos "arquivos nominais" - para usar a expressão com que Charles Kecskeméti definiu os arquivos da América Latina¹⁰ - vem sendo alvo, recentemente, de programas que procuram corrigir os defeitos crônicos que apontamos. A tendência é adotar o modelo sistêmico de organização dos arquivos norte-americanos, conciliando a descentralização de acervos com a centralização normativa¹¹, sem levar em conta o grau de autonomia de que desfrutaram as entidades municipais nos estados federados (Argentina, Brasil, México e Venezuela). O sucesso de tais programas fará surgir na América Latina um arquivo municipal inteiramente novo.

Anexo

Questionário sobre a situação dos arquivos municipais nos países latino-americanos

1 - Base legal

- disposições legais de caráter geral ou específico sobre arquivos municipais; competências para legislar sobre o assunto.

(9) Na América Latina, com a costureira defasagem e fisionomia nova, tais programas reproduzem as políticas européias de "paixão" pelo passado. Ver, a respeito: GUILLAUME, Marc - *La politique du patrimoine*. Paris, Éditions Galilée, 1980. E também: JEUDY, Henri-Pierre - *Mémoires du social*. Paris, Presses Universitaires de France, 1986 (*Sociologie d'Aujourd'hui*).

(10) KECSKEMÉTI, Charles - *A modernização do Arquivo nacional do Brasil. Acervo*, Rio de Janeiro (Brasil), 3(2): 5-9, jul.-dez. 1988.

(11) FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira & BASTOS, Aurélio Wander - *Os arquivos nacionais: estrutura e legislação. Acervo*, Rio de Janeiro (Brasil), 1(1): 7-28, jan. 1986.

2 - Estrutura

- condições institucionais de funcionamento dos arquivos municipais; sua subordinação a determinados órgãos de governo municipal (administração, cultura); existência de órgãos superiores de inspeção e controle dos arquivos municipais.

3 - Área de ação e jurisdição

- contornos do chamado patrimônio arquivístico municipal: documentos acumulados por órgãos do poder público, documentos de origem privada, fontes orais da história local; atuação em cada uma das fases do ciclo vital dos documentos.

4 - Processamento técnico

- aplicação dos princípios fundamentais da Arquivística; prática da avaliação; elaboração de instrumentos de pesquisa e de controle.

5 - Recursos humanos

- nível de instrução, área de formação e experiência do pessoal que trabalha nos arquivos municipais; existência de entidades profissionais específicas; realização de congressos para tratar de arquivos municipais.

6 - Recursos materiais

- condições das instalações dos arquivos municipais (localização, área física, controle ambiental); mobiliário e equipamento.

7 - Avaliação Geral

A PERESTROIKA E A 2ª GUERRA FRIA

José JOFFILY

Observadores internacionais consideraram a permanente indefinição da União Soviética diante do conflito do Oriente Médio como reflexo de uma crônica crise política interna. Crise, cujas raízes históricas remontam à implantação do totalitarismo stalinista, hoje rotuladas de “problemas da modernidade.” No outro lado da moeda o PCUS vê a libertação do Kuwait apenas como um pretexto para controlar o petróleo mundial.

O que vem a ser ambição de modernidade? Não é só a liberdade de ir-e-vir ou a liberdade de pensamento. Desencadeado o processo, é quase impossível descartá-lo pacificamente. É a crescente ambição de condições materiais da existência proporcionais ao sistema de conforto contemporâneo. Não confundir com ostentações de prosperidade nababesca que caracterizam as extremas desigualdades sociais, isto é a ignóbil exploração do homem pelo homem, dentro da perspectiva de uma segunda Guerra Fria já em adiantada gestação.

Fico a imaginar qual seria a reação de Lenine diante da idéia de que a sôfrega e empolgada pequena-burguesia iria prevalecer sobre a austera “ditadura do proletariado...”

Gorbachev soube interpretar, na hora certa, o anseio de liberdade que vinha aumentando na medida em que a classe média - decorrente da industrialização intensiva - passava a exercer preponderância dinâmica no contexto da sociedade soviética. Afinal, a Perestroika é uma impaciente insurreição intestina contra os resíduos do estalinismo incompatíveis com a democracia de consumo e que, indiretamente, contribuiu para favorecer os EUA, na luta pela hegemonia universal.

Por acaso, acompanhei, desde 1960, o início desse movimento de reforma ideológica quando as aspirações pequeno-burguesas já se manifestavam refratárias ou indiferentes à 1ª Guerra Fria.

É bem expressivo o episódio da inesperada visita a um capitão do Exército Vermelho publicada na época:

À certa altura, notando a pobre sala de poucos móveis, indaguei se estavam, há tempos, na fila para aquisição de uma TV e de um telefone. A resposta foi de iniciativa da jovem senhora, professora de línguas: "Na fila da TV estamos há mais de 2 anos. Na fila do telefone a inscrição era no nome da minha mãe. Quando nossos dois garotos nasceram, Boris não passava de tenente e esperavamos a vez de comprar uma geladeira na lista de espera do 1º Regimento de Infantaria."

Horas depois, o modelo de resposta iria coincidir com outras, colhidas entre pessoas do povo, no começo de maio, exatamente no dia primeiro.

Em meio às grandiosas festividades do Dia do Trabalho, ocorreu o terrível desafio do Pentágono:

Power, piloto americano, sobrevoava as bases militares soviéticas. Ao completar a série de fotografias, o avião U-2, foi abatido pela força anti-aérea russa. Salvando-se, o aviador cercado de advogados procedentes da CIA, e submetido a julgamento público, confessou a missão de espionagem, na presença de todos os correspondentes da mídia internacional.

Nem mesmo sob aquele impacto de flagrante agressão americana, as opiniões ouvidas a esmo, em lojas, hotéis e restaurantes, apresentavam sensíveis diferenças. Estas raríssimas partiam de elementos ligados ao Kremlin e ainda assim, plenas de reticências. É o caso do depoimento do próprio Valentim, jovem intelectual do Konsomol, dominando razoavelmente o português, que estivera no Rio (acompanhando o Balet Bolshoi) e que nos serviu de intérprete: "Aqui não há privilégios burgueses. Todos têm o mesmo padrão de vida. E a produção industrial está essencialmente comprometida com os planos de defesa nacional. Eu me contentaria com uma motocicleta ou uma máquina de lavar, mas sou capaz de ainda esperar uns 5 anos se assim a estratégia do Partido exigir. A lição do Sputnik está bem presente..."

Dá a impreterível necessidade de uma arrojada reformulação da economia soviética, abrindo caminho para o desarmamento, cancelando programas de submarinos atômicos, mísseis e de outras armas nucleares para elevar a produção de artigos de consumo popular.

A atual escassez de cigarros na Rússia, é capaz de provocar uma convulsão tão inquietante, como se para a classe média brasileira faltasse a novela-das-oito ou produtos de higiene e beleza... A extinção do cartão de crédito provocaria revolta dos Três Poderes... Seria uma subversão semelhante ao desaparecimento das empregadas domésticas para a alta classe intelectual do Brasil... partidária do socialismo...

Vinte anos depois, amigos que regressavam das Olimpíadas faziam comentários sobre a admiração provocada, entre os atletas soviéticos, por algumas corriqueiras conquistas da tecnologia de escritório e das amenidades, tais como: xerox, rádio de pilha, desodorante, barbeador elétrico. Até pelo zíper, usual em blusões dos times estrangeiros, ficavam eles fascinados... Eram cerca de 10 mil atletas da França, EUA, Inglaterra, Itália, Alemanha e outros países capitalistas exibindo atraentes inovações.

Tenho, por conseguinte, razões para perceber o alcance das ardentes pretensões de paz e bem-estar do povo soviético. Por isso mesmo, lá, com a maior naturalidade, notícias da recente inauguração da "MC D'onald's que se tornou verdadeiro "happening" na capital, com filas quilométricas que iam até a Avenida Gorki. Ao anoitecer a coca-cola já era negociada com ágio... Moscovitas de inflexível formação política deslumbrados com a modernidade...

Arrastar aquela multidão de jovens, crianças e velhos para sofrerem, além das carências atuais, os horrores de uma guerra tresloucada, teria sido um milagre mais espantoso do que secar o Mar Vermelho para ganhar a batalha bíblica contra os faraós. Mais assombroso do que o retorno de Batista ao governo de Cuba...

Naquele tempo, a história caminhava a pé, mas hoje voa em jatos supersônicos. Torna-se portanto lotérico acompanhar todos os lances de acontecimentos cada vez mais velozes, desencontrados e cambiantes. Mais intrincado é formular previsões sobre conflitos e hegemonias, semelhantes às que trucidaram milhões no Oriente Médio salpicando de sangue, miséria e fome o resto do mundo.

E a próxima guerra?

Terminada a do Golfo Pérsico, analistas internacionais calculam agora em 150 mil mortos. Outros, mais realistas, avaliam em 200 mil. Acima desta densidade demográfica, talvez o Brasil não tenha mais de 50 cidades. E a terceira carnificina? Menos ou mais de 1 milhão? Nesta hipótese teremos que ouvir o eminente professor da Universidade de São Paulo, Gofredo Teles, que acaba de declarar à Teoria & Debate, revista do PT: "Parece que Gorbatchev é a quinta coluna capitalista dentro da URSS."

Estará o renomado mestre prevendo um catástrofe? Retornar a Rússia ao regime néo-czarista custaria certamente 1 ou 2 milhões de vidas na... primeira semana de hostilidades... O fim da guerra quente com a "nova divisão do poder", pode nos levar a uma segunda Guerra Fria, a menos que a Rússia, governada pela pequena-burguesia, se conforme com a supremacia

dos EUA. A exemplo do que está acontecendo com a Alemanha Oriental, agora simples satélite da Alemanha Ocidental.

Um detalhe: Quanto mais abrangente for a interpretação e mais dilatado o horizonte das projeções, a atual conjuntura apresenta-se cada vez mais desconcertante. Ao invés de avaliações teríamos futurologia, confusa ciência já desacreditada desde o "Hudson Institut", descrédito, aliás, que antevi em 1977: "Eis senão quando, de repente, a economia mundial foi abalada pelo oilshock e seus desdobramentos políticos. Nações literalmente cobertas de areia começaram a emergir do desenvolvimento milenar, com os petrodólares, e a subverter projeções econômico-financeiras das superpotências." (Distorções e Revisões - Pág. 19, Editora Lider.)

Terá sido o controle do petróleo o verdadeiro preço da queda do muro de Berlim com todos seus estímulos e desdobramentos? De uma forma ou de outra, não fujo à minha responsabilidade de veterano social-democrata:

Parece que a solução soviética, pelo menos em caráter temporário seria convocar eleições livres para consolidar os valores de liberdade tão reclamados pela imensa classe média, cansada de tanto esperar por uma liberdade de vida semelhante à dos pequenos-burgueses do Primeiro Mundo. É esta a verdadeira abertura. Os eleitos pelo povo poderão decidir sobre a propriedade privada da terra e a liberdade de enriquecer democraticamente.

Para melhor esclarecimento histórico dos atuais paradoxos da política internacional entendo o seguinte: A Revolução Industrial, com a máquina a vapor, agravou a luta de classes privilegiando os detentores dos bens de produção e a concentração de rendas em detrimento da classe operária. Por motivos análogos, a atual Revolução Tecnológica, com a proliferação das tarefas qualificadas deu origem ao vertiginoso desenvolvimento da classe social intermediária entre o capitalismo e o trabalho. Ganhou então mais espaço uma classe média cuja ascensão está na razão direta da mão-de-obra especializada. Noutras palavras: com a elástica diversificação de técnicos em física, informática, biotecnologia e química-de-ponta - para citar apenas alguns exemplos vem se ampliando um mercado salarial sofisticado que exige progressivas remunerações superiores a 2.000 rublos. Com seu inevitável poder de diálogo reivindicante no seio da sociedade, desempenham os técnicos imperativa influência no âmbito de algumas decisões nacionais. Daí a similaridade, no presente quadro mundial, entre a estrutura sócio-política dos EUA e a da União Soviética.

Em termos objetivos: a conhecida relutância da classe média americana em participar ou mesmo apoiar (naquela segunda etapa) a guerra do Vietnã é bem semelhante à que ocorreu agora no seio da população russa em relação ao Golfo Pérsico.

Nem guerra santa nem guerra justa...

Todavia, quanto ao moral do Alto Comando não se perca de vista uma realidade transparente: O contraste de posicionamento dos dirigentes soviéticos (desprovidos de qualquer ambição de fortuna) diante dos governantes dos EUA, ligados forçosamente a interesses monopolistas e multinacionais.

Entretanto não ousou sustentar que a Paz Mundial esteja na dependência do comportamento social e político da pequena-burguesia, atribuindo-a um papel hegemônico na história contemporânea. Outros fatores do complexo industrial-militar podem alterar o quadro internacional ainda dividido entre dominantes e dominados, entre imperialistas e semi-coloniais, entre 1º, 2º e 3º mundo.

Esta ordem final de idéias nos levaria a uma conclusão utópica: o predomínio de um pacto social de redistribuição universal de rendas que tivesse o mesmo alcance de um regime socialista. Então, a formação de uma poderosa comunidade desfrutando pleno bem-estar abriria caminho para extinção da milenar luta de classes e para chegar ao céu também... Enquanto houver esperança de vida melhor e mais liberdade haverá perestroikas. Enquanto houver regime capitalista haverá guerras. Com certeza.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO.

Lopes, Helena de Queiroz Ferreira/Toledo, Vera Lúcia Vilhena de *Itaim-Bibi*. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1988. 104p. (Col. "História dos Bairros de São Paulo", v. 26)

Com este volume alcança o nº 26 a preciosa coleção *História dos Bairros da Cidade de São Paulo*, em boa hora iniciada pelo antigo Departamento do Arquivo da Municipalidade paulistana. De muitos deles já demos notícia quando dos respectivos lançamentos. Apraz-nos hoje registrar o volume relativo ao *Itaim-Bibi*, hoje um dos mais importantes bairros da Capital. O nome "Bibi" ficou associado à denominação do local por ser o apelido de Leopoldo Couto de Magalhães, a quem se deve o loteamento da área, e também para distingui-lo de outro Itaim, o "Paulista", distrito da zona leste. É bairro relativamente novo. Seu loteamento data de 1896, quando o General Couto de Magalhães, o último presidente de São Paulo no regime imperial, adquiriu a antiga chácara. Para a elaboração do trabalho, as autoras realizaram pesquisas em arquivos públicos e particulares, bibliotecas, repartições públicas, além de entrevistas com antigos moradores. "O período em estudo - escrevem as autoras - corresponde ao momento em que a cidade começa a adquirir importância em função da atividade cafeeira, que gera capital e, conseqüentemente, comércio. Nesse momento, o Bairro, que era mais uma das chácaras que cercavam o núcleo urbano, começa a acompanhar o que acontecia em São Paulo. Situado entre Santo Amaro, Pinheiros e Vila Mariana, num fundo de vale, sem saída, estava sujeito às inundações do rio Pinheiros e dos córregos que o demandavam. O desenvolvimento econômico de São Paulo, decorrente da industrialização, provoca o afluxo humano e, conseqüentemente, o surgimento de novas áreas residenciais, industriais e de prestação de serviços. Aparecem, então, os primeiros arruamentos de caráter popular, que deram origem ao Bairro". ONM (Cortesia das autoras).

Nunes, Maria Thetis - *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 1989.

Para a elaboração deste valioso trabalho que enfoca a história colonial de Sergipe, valeu-se a autora de tudo quanto pôde dispor, para "desven-

dar os primórdios da formação sergipana, seu desenrolar, os fatores atuantes, a sociedade que se foi constituindo e suas características marcantes”, sempre objetivando “equacionar a evolução da Capitania dentro do que se desenrolava no Brasil-colônia, onde os fatos trazem a marca dos interesses metropolitanos norteados pelo Mercantilismo”. Intitulam-se os capítulos: 1. A integração do território sergipano à colonização portuguesa; 2. A busca das minas de prata e salitre nos sertões de Sergipe; 3. Os holandeses na Capitania de Sergipe del Rei; 4. As primeiras atividades econômicas; o pau brasil; o gado; 5. As culturas de subsistência em Sergipe; 6. As culturas de exportação; 7. O branco na formação sergipana; 8. O índio na formação sergipana; 9. A presença do negro na formação étnica sergipana; 10. A vida política de Sergipe no século XVII; 11. A inquisição e a sociedade sergipana. Seguem-se documentos e bibliografia, que fundamentam o livro. A autora anuncia um segundo volume para completar a tentativa que se propôs de estudar a formação sergipana. Com esta obra enriquece-se sobremaneira a historiografia regional brasileira, além de acrescentar mais um valioso título à já extensa bibliografia da autora. ONM (Cortesia da autora).

Oliveira, José Teixeira de - *A fascinante história do livro*. Rio de Janeiro, Cátedra, 1984/1989. 4 vols.

Tomando como “moto” uma frase de Charles Nodier segundo a qual “prazer maior que possuir uma biblioteca é cavaquear sobre livros”, dispôs-se o autor a um longo cavaquear, que se estendeu por quatro volumes, totalizando quase mil e quatrocentas páginas, para apresentar-nos a “fascinante história do livro”. Não conhecemos na bibliografia nacional trabalho similar. Iniciando com as pinturas de cavernas famosas e com os “tijolos” da Mesopotâmia, chega aos nossos dias. O primeiro volume é todo consagrado à Antiguidade (Mesopotâmia, Egito, China, Japão, as literaturas judaica e árabe); o segundo, à Grécia e Roma; o terceiro, à Idade Média; e o último, “de Gutemberg aos nossos dias”. Impressionante a quantidade e riqueza das informações ministradas, todas elas magnificamente fundamentadas em bibliografia altamente especializada, além de numerosas e valiosas reflexões pessoais do autor. Paralelamente ao tema fundamental, o estudo do desenvolvimento da cultura de cada povo e de cada época, “em linguagem simples, sem tecnicismos pretensiosos”, como adverte, bem a propósito, uma das notas da contracapa de um dos volumes. E é ainda noutra nota de contracapa que se lê: “A *Fascinante* procurou reunir nas suas

páginas o maior volume de informações sobre o livro, o trabalho dos seus autores, dos seus fabricantes, dos que o comerciam, dos que o lêem, dos que o destroem, dos que o amam e dos que o perseguem. Os quatro volumes em que a epopéia foi recordada encerram o essencial da biografia do nosso camarada, seguindo as lições dos tratadistas mais credenciados, emparelhando-as com amenidades, na tentativa de tornar menos ríspida a leitura de cada página. Tarefa realizada com muito carinho, com a preocupação de retribuir os belos momentos de toda uma vida feliz, em grande parte aquecida pela companhia desse amigo incomparável que é o livro.” Convém recordar que, ao autor, a bibliografia brasileira já devia dois livros sobre o café, um dicionário de datas históricas (prefaciado por Taunay) e uma História do Estado do Espírito Santo. De alguns deles já nos ocupamos quando dos respectivos lançamentos. ONM (Cortesia do autor).

Seguso, Mário - *Os admiráveis italianos de Poços de Caldas, 1884-1915*. Poços de Caldas, 1988. 185p

Fixando-se em Poços de Caldas em 1965 para a fundação de um cristalaria (velha tradição de sua Murano natal), Mário Seguso teve logo sua atenção voltada para a marcante presecção italiana na comunidade em que passou a viver. Verificou de imediato que muitos dos operários empregados em sua indústria eram descendentes de antigas famílias italianas radicadas em Poços praticamente desde o início da cidade. E assim, paralelamente às suas atividades de industrial e, naturalmente, sem prejuízo delas, pôs-se a pesquisar sobre as “admiráveis italianos” que viveram na bela estância no período de 1884 a 1915, “especialmente aqueles que vieram para ajudar o crescimento de Poços de Caldas, contribuindo com seu trabalho, suor e dignidade”, como pertinente e gentilmente escreveu na dedicatória com que nos ofereceu seu livro. Livro que representa, realmente, uma exaustiva pesquisa e que toca muito de perto a quem, como nós, vivemos algum tempo de nossa adolescência na bela cidade, pois embora se refira a um período anterior ao nosso nascimento, encontramos, ainda, os “ecos” de quase tudo quanto vem relatado nestas páginas evocativas de um passado tão significativo e sem as quais ficaria incompleta a história poçoscaldense. Nelas está muito do cotidiano da cidade. Foi pena que não se estendesse mais sobre a curiosa figura de Teresina Carini, “mulher inteligente, atormentada pelas injustiças sociais que a levaram a participar, quando ainda em São Paulo, de todos os movimentos em

defesa da classe operária". É verdade que dela se ocupou demoradamente Antônio Cândido na primeira parte de seu livro *Teresina etc.* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980). O ilustre crítico e professor de Literatura que viveu toda sua infância e adolescência em Poços, na realidade nunca se desligando da cidade, teve oportunidade de conhecer Teresina Carini, guardando dela numerosas cartas e depoimentos, como registra em seu livro. Mario Seguso, não tenho conhecido a expressiva figura (falecida em 1951), confessa mesmo não lhe constar que ela tivesse grande participação política na cidade, nos muitos anos em que viveu em Poços, já que "as características turísticas locais e o pequeno número de habitantes a isentavam dos graves problemas que proliferam nas grandes cidades industriais". É claro que esta lacuna (aliás nem chega a ser uma lacuna) não invalida e nem diminui o interesse e o mérito do livro de Mario Seguso. Seu valor como retrato de uma fase da vida de Poços é inegável e oxalá, em outras cidades onde a presença italiana também foi marcante, apareçam outros que se disponham a estudá-la, como o fez o autor com referência a Poços de Caldas. Isto em muito contribuiria para o "regate da memória" de que tanto se fala hoje. ONM (Cortesia do autor).

*

PERIÓDICOS

História: Questões & Debates, ano 9, nº 17. Associação Paranaense de História, Curitiba, dez 1988. Conteúdo: A história social em questão (Cláudio Henrique de Moraes Batalha); Memória, história e patrimônio cultural (Afonso Carlos Marques dos Santos); Nova História, novo museu? (Antônio Simão Neto); História, historicidade e historicismo (F. Mauro); História e sociologia (Marcin Kulan); O bonapartismo (Octavio Ianni); Eleições e partidos: práticas políticas no Paraná, 1946-1982 (Francisco Moraes Paes e outros); Tensões da modernidade em Londrina: a ferrovia e a nave (Antonio Celso Ferreira e Cristiano Simon); A imigrante ucraniana em prosa e verso (Oksana Boruszenko). Notas de Leitura. Contatos: Caixa postal 1538, Curitiba 80000, Paraná.

Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 71. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, julho de 1990. Conteúdo: A questão da implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais: evolução e tendências atuais (Antônio Augusto Caçado Trindade); O abuso do poder econômico nas contribuições brasileiras (José Alfredo de Oliveira Baracho); A Universidade e a cultura brasileira (José Henrique Santos); O interesse nacional e os interesses internacionais (Adherbal Meira Matos); A ciência da previsão (Carlos Eduardo Meirelles Matheus); O Princípio da fidelidade federal e a opção federalista

(Adriana Campos Silva); A Constituinte Mineira de 1891 (Francisco Iglésias, Juscelino Luiz Ribeiro, Luiz Fernandes de Assis e Menelick de Carvalho Neto); A política nacional de Informática (Roberto Luiz Silva). Contatos: Caixa postal 1621. 31270, Belo Horizonte MG.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 84. São Paulo, 1989.

Conteúdo: Feijó, paulista por mercê de Deus (Pedro Ferraz do Amaral); Um grande paulista (Antônio Barreto do Amaral); Feijó, um paulista velho (Alberto Prado Guimarães); Padre Feijó, Senhor de Engenho (Celso Maria de Mello Pupo); Feijó os padres do Patrocínio de Itu (Roberto Machado Carvalho); Padre Diogo Antônio Feijó, consolidador da Independência (Luiz Wanderley Torres); Formação eclesiástica de Diogo Antônio Feijó (Pe. Hélio Abranches Viotti); Feijó: dois momentos de sua atividade política (Célio Debes); Presença de Feijó na história do pensamento brasileiro (Raul de Andrada e Silva); Feijó e o sentimento republicano (Fernando Whitacker da Cunha); Feijó e Lincoln (Novelli Junior); O maçom Padre Feijó e alguns de seus pertences (Lycurgo de Castro Santos Filho); O Padre Diogo Antônio Feijó apreciado por um missionário metodista (Odilon Nogueira de Matos); Temperamento e doença em Diogo Antônio Feijó (Dufflio Crispim Farina); Feijó e a atualidade (A. Roberto de Paula Leite); A República e os Arquivos (José Sebastião Witter); As origens da propaganda republicana. O Manifesto de 1870 (Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci); Perspectiva histórica da Revolução Francesa (Paulo Zingg); Comunicações do CEHIS (Barros Pimentel, M. Gicovate, J. Pereira, José Geraldo Evangelista e Roberto Machado de Carvalho). Contatos: rua Benjamin Constant, 168, São Paulo.

NOTICIÁRIO

CINQUENTENÁRIO DE UM CONGRESSO

Na primeira semana de setembro transcorreu o cinquentenário de importante evento cultural realizado em Florianópolis: o 9º Congresso Brasileiro de Geografia. Seu significado foi muito grande. Desde 1926, portanto fazia já 14 anos que não se realizava congresso dessa natureza no Brasil. Convém lembrar que a idéia de congressos geográficos periódicos partira de um catarinense, José Artur Boiteux (1868-1932), e pela primeira vez realizava-se o evento em seu estado natal. Porém, Boiteux já havia falecido, não tendo portanto ocasião de testemunhas o significado e o alcance do que resultou de sua própria iniciativa.

O lapso de tempo decorrido entre o congresso anterior e o de Florianópolis propiciou profundas transformações no ensino e no trato de ciência geográfica em nosso país. Duas circunstâncias contribuíram para isso. Primeiro, a criação das Faculdades de Filosofia (São Paulo e Rio de Janeiro), nas quais, pela primeira vez a Geografia foi tratada em nível universitário, com a contribuição de renomados mestres franceses, como Deffontaines, Monbeig, Ruellan e outros. Segundo, a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, com ele, o Conselho Nacional de Geografia, que passou a tratar a ciência geográfica como matéria de utilidade pública. Tanto as Faculdades de Filosofia, como o Conselho Nacional de Geografia, participaram ativamente do Congresso de Florianópolis, que teve a presidência Bernardino José de Sousa, figura exemplar de estudioso de temas brasileiros. Daí ter-se dito, na ocasião, que o congresso de Florianópolis, embora já o nono, deveria, na realidade, ser considerado o primeiro, pois pela primeira vez nele fora tratada a Geografia de maneira científica e não puramente descritiva ou enumerativa.

Os *Anais* do congresso de 1940, publicados dois ou três anos depois, em cinco alentados volumes totalizando mais de duas mil páginas, af estão a testemunhar a variedade e a riqueza do material levado à apreciação de congressistas de todo o Brasil.

Decidira-se em Florianópolis que o congresso seguinte, daí a dois anos, deveria realizar-se em Belém do Pará, mas tal não ocorreu. O próprio Conselho Nacional de Geografia chamou a si a promoção do décimo congresso, no Rio de Janeiro, em 1944. E nenhum outro depois foi realizado...

Para mim, é gratificante recordar o congresso de Florianópolis, pois foi para ele que elaborei meus trabalhos de pesquisa geográfica: um estudo sobre a evolução urbana de Jaboticabal e outro sobre a evolução ferroviária de São Paulo. Ambos foram aprovados e incluídos nos respectivos *Anais*. O primeiro ficou na sua forma original, nunca tendo sido a tema retomado por qualquer outro estudioso, nem da própria cidade de Jaboticabal. O segundo, revisto e consideravelmente aumentado, veio a transformar-se no livro *Café e Ferrovias*, que acaba de sair em quarta edição. Eis porque não posso deixar de recordar com real emoção o cinquentenário de evento tão ligado à minha carreira, verdadeiro ponto de partida, pelo menos no que se refere à Geografia, de meio século de atividades consagradas ao estudo e à pesquisa de temas brasileiros.

Dois temas mereceram particular atenção no Congresso de 1940, pela grande quantidade de trabalhos apresentados: a geografia urbana e a geografia dos transportes e das comunicações.

Gilberto Freyre havia, pouco antes, publicado em jornal do Rio de Janeiro pequeno artigo chamando a atenção para o estudo geográfico das cidades. Foi quanto bastou para que Pierre Monbeig, geógrafo francês então lecionando na Universidade de São Paulo, elaborasse excelente monografia sobre o assunto e, mais ainda, estimulasse seus alunos do curso de Geografia a estudos sobre diversas cidades. E como se não bastasse, levou-os a figurarem no congresso de geografia marcado para daí a alguns meses na capital catarinense. Assim, nos respectivos *Anais* podem ser lidas as monografias referentes a Santo André (Raul de Andrada e Silva), Casa Branca (Maria Aparecida Pantoja), Franca (Maria da Conceição Martins Ribeiro), Catanduva (Olga Pantaleão), Poços de Caldas (Beatriz de Carvalho Ramos), Jaboticabal (Odilon Nogueira de Matos) e Marília (do próprio Monbeig). O curioso a observar é que tais monografias, modestas como de estudantes que todos éramos (afora a de Monbeig, é claro), permanecem, meio século depois, não só válidas pelo seu pioneirismo, como, na verdade, as únicas que até hoje foram elaboradas sobre as mencionadas cidades.

Quanto à geografia dos transportes e das comunicações, cumpre ressaltar a valiosa contribuição do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, da qual permito-me destacar a monografia de Everardo Backeuser intitulada *Da Trilha ao Trilho*, indispensável para o conhecimento dos transportes na terra fluminense.

Uma consulta aos cinco volumes do Nono Congresso Brasileiro de Geografia mostrará imensa riqueza de temas, quase todos originais, tratando a geografia de maneira racional e científica como havia muito já se fazia em outros países. A registrar, ainda, entre as centenas de comunicações apresentadas, um verdadeiro livro, *O Homem e o Brejo*, de Alberto Ribeiro Lamego, que veio a se tornar o primeiro volume de sua tetralogia fluminense, complementada por *O Homem e a Guanabara*, *O Homem e a Restinga* e *O Homem e a Serra*.

Foi uma pena que tais congressos de Geografia não tivessem continuidade. É verdade que, a partir da década de 50, coube à Associação dos Geógrafos Brasileiros, através de suas "assembléias anuais" dinamizar a pesquisa geográfica, especialmente no âmbito da geografia regional, num trabalho altamente meritório que está a merecer quem o recorde e o registre. (Odilon Nogueira de Matos).

UM POUCO DE MÚSICA

A MÚSICA NAS MISSÕES JESUÍTICAS

Maxime HAUBERT

Através da música e do canto, chega a parecer que os missionários conseguem reproduzir na América os prodígios de Orfeu. Entre os guaranais, tudo começa pelo uso de algumas flautas que os missionários mandarão fazer, logo após a sua chegada, a fim de ensinarem música aos seus pequenos alunos. A verdadeira música, porém, com o seu luzimento e os seus encantos, só será introduzida pelo padre Jean Vaisseau, de Tournai, chantre dos arquiducos Alberto e Isabel. Em seguida, surge o irmão coadjutor Luís Berger, originário de Abbeville. Trata-se de um violinista exímio, o qual, a partir de 1662, ensina a sua arte aos estudantes de Santo Inácio Guazu. O êxito ultrapassa toda a expectativa, e de toda a parte são requeridos os serviços deste mágico: “Apenas com o seu violino, converte inúmeros infieis.” Como lhe faltam cordas, escreve para Roma queixando-se de tal. O padre-geral responde-lhe logo: “Já as mandei comprar e enviar-lhas-ei com esta carta”. É igualmente pintor e escultor. Foi ele quem pintou o quadro que representa os sete arcanjos levado pelo padre Ruiz de Montoya quando vai procurar converter o feroz Tajaoba. Depois de ter ensinado o canto, a música, a dança e a pintura em todas as reduções, parte para o Chile (de onde o solicitam para ver se consegue amaciar os araucás, em guerra contra os invasores, os quais não foi possível dominar durante dezenas de anos, apesar dos esforços conjugados dos soldados e dos missionários).

Alguns anos mais tarde, os ofícios são realizados em toda a parte pelo esplendor dos órgãos, dos fagotes, dos cornetins, das violas, das harpas, das cítaras, dos arrabis e dos flautins. E os meninos do coro cantam e dançam com tanta graça que poderiam apresentar-se diante do próprio rei. Por isso mesmo, quando o padre Ruiz de Montoya vai a Madrid, em 1638, a fim de defender a obra dos jesuítas perante o poder real, aproveita a ocasião para comprar grande quantidade de diversos ornamentos para o culto, estátuas e quadros e também alguns instrumentos musicais, um órgão inclusive.

Outras tantas maravilhas opera a música, entre os nômadas. Quando o padre Dobrizhoffer, vindo da Europa, chega a Buenos Aires, o colégio dos jesuítas recebe a visita dos chefes pampas, no intuito de solicitarem do governador a liberdade dos prisioneiros. Para divertir um deles, o futuro missionário toca viola-de-amor. Conquistado, o cacique suplica-lhe que o acompanhe até à sua redução e vai mesmo falar a esse respeito com o padre provincial. Quanto ao padre Paucke, manda vir das missões guaranis vários instrumentos musicais. Mas não deixa de haver certos incidentes por causa disso. O petiz mocobi, encarregado de transportar o cornetim de Santa Fé, fá-lo em pedaços para assim o poder transportar mais facilmente em cima do cavalo. No fundo, porém, o jesuíta acha-se plenamente recompensado do seu trabalho, porque, passados seis meses, os seus alunos fazem ótima figura na igreja. Os pais dos músicos rejubilam e a assistência à missa torna-se cada vez maior. Até aqueles que não foram batizados, lá vão todos os dias ouvir a música celeste. “Em suma - diz o padre Paucke, -, os músicos são o chamariz de que os missionários se servem para atrair os paroquianos à igreja.” E, daí em diante, se os pequenos mostram má vontade em ir à catequese ou à escola, são os próprios pais que os abrigam a lá ir.

Se recordamos a importância capital da música e da dança nos ritos coletivos e individuais, o lugar excepcional que lhes é concedido nas diligências efetuadas para se atingirem a “terra livre de todo o mal” em nada nos poderemos admirar pelo fato de as mesmas tanto haverem favorecido os progressos da evangelização. Logo desde os primeiros contatos, os missionários conseguiram, muito freqüentemente, encantar os pagãos com a oferta de guizos e matracas. Mas são os jesuítas músicos, principalmente, que surgem como xamanes de poderes extraordinários. A sua presença torna-se um benefício para os povos e cada índio que aprende as melopéias cristãs acrescenta algo ao poder mágico da sua pessoa. Pois não será a voz dos espíritos que penetra nos padres brancos por intermédio da música? Conta o padre Du Toict a maneira como um grupo de selvagens caiguás foi recebido na redução da Santa Maria de Iguazu. “Todos se esforçam por os divertir o melhor possível. Entre outras coisas, tocou-se em sua honra o nosso sinozito, o que muito os maravilhou. Chegavam a pensar que o sino falava. E - coisa bastante curiosa! - esses indivíduos que até então apenas tinham ouvido os gritos dos jaguares e os bramidos de outras feras, começaram a dançar e a dar cambalhotas logo que os sons da nossa música lhes chegaram aos ouvidos.”

(A vida cotidiana no Paraguai no tempo dos jesuítas, pp. 133-135. Trad. de Virgínia Motta. Lisboa, Edições "Livros do Brasil", s. d. Coleção "A vida cotidiana", v. 33).

MEMÓRIA CAMPINEIRA (40)

HERÓIS DA LAGUNA EM CAMPINAS

Em tempos que já vão bem longe - mais de cinquenta anos! - tive o privilégio de receber solicitação da Sociedade dos Amigos da Cidade para sugerir nomes destinados a numerosas ruas ainda sem denominação em Campinas. Dos trinta e tantos nomes que sugeri, tive o prazer de ver 28 aceitos pela Sociedade, os quais foram, pouco depois, atribuídos pelas autoridades municipais às ruas ainda "pagãs". Senti-me, assim, como "padrinho", já naquela época, de numerosas vias públicas de nossa cidade. Entre elas, a rua Visconde de Taunay, na Vila Itapura, na época quase despovoada, hoje uma bela rua, não muito extensa, mas importante por estabelecer ligação entre a Orozimbo Maia e a Barão de Itapura, terminando bem em frente ao Instituto Agrônômico.

O que me levou a propor o nome do Visconde de Taunay foi não só o reconhecimento de seus méritos como escritor e político dos mais relevantes do Segundo Reinado, mas também sua vinculação com Campinas, pois aqui estive quando, no início de sua carreira, jovem de pouco mais de vinte anos, integrou como oficial de Engenharia a expedição militar destinada a combater os paraguaios no sul de Mato Grosso, em 1865. A expedição permaneceu dois meses em Campinas e Taunay, em mais de vinte cartas a seus familiares, deu-nos significativas informações sobre nossa cidade, especialmente sua vida social. Taunay gostou muito de Campinas. Provam-no as cartas mencionadas bem como a circunstância de ter escolhido uma fazenda do município para cenário de seu primeiro romance, *A Mocidade de Trajano* (1870), publicado com o pseudônimo de Sílvio Dinarte.

A expedição de que Taunay fazia parte, depois de verdadeira odisséia que foi a viagem para o sul de Mato Grosso (via Goiás!), acabou se desastrando na trágica retirada de Laguna, magistralmente descrita pelo próprio Taunay em livro famoso, talvez a obra prima da literatura militar brasileira. Daí por diante, o nome do grande escritor ficou sempre associado ao triste episódio da Guerra do Paraguai. E daí minha idéia de sugerir, também, que fosse dado a um logradouro público qualquer, nome que

evocasse a famosa retirada, cujos participantes permaneceram dois meses acampados em Campinas.

Pouco depois, fui levado a um afastamento de Campinas por mais de vinte anos, mas durante este lapso de tempo continuei sendo informado, graças a amigos que aqui deixei, do que ocorria na cidade em matéria de nomenclatura de ruas, assunto que um dos meus informantes, o saudoso Mário Erbolato, sabia ser do meu maior interesse. E um dia recebi dele recorte de jornal centendo o ato nº 159, de 17 de fevereiro de 1939, do então prefeito Euclides Vieira, dando o nome de *Heróis de Laguna* à pequena praça “situada em frente à praça 15 de Novembro, antigo largo de Santa Cruz, do lado ímpar da rua Major Sólon”. Expressiva homenagem, pois foi precisamente neste recanto do velho largo de Santa Cruz que os futuros “heróis de Laguna” estiveram acampados. E pouco depois, erigia-se no mesmo local tosco, mas significativo monumento, inaugurado a 16 de janeiro de 1940.

Assim homenageou Campinas aquele corpo expedicionário tão bem recebido pela sociedade campineira e de cuja permanência na cidade as cartas de Taunay constituem documento precioso. (Odilon Nogueira de Matos)

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

PREJUÍZOS ANTIGOS

(Couto de Magalhães)

O interesse é na história um mau conselheiro. Tanto os conquistadores espanhóis e portugueses, como os jesuítas, consideram o selvagem um instrumento de trabalho, uma espécie de mina, cuja exploração disputaram encarniçadamente. Tudo quanto eles escreveram a respeito do selvagem americano, a não serem as primeiras impressões de viagem, é dominado por esse pensamento fundamental.

Tanto em relação à família selvagem, como em relação às religiões, merecem-me pouca fé os escritores antigos. Estava nos interesses dos conquistadores deprimir o mais possível a raça conquistada; com efeito, só assim eles podiam legitimar os medonhos atos de barbaria que cometeram.

Para poder matar os índios como se mata uma fera bravia, poder tomar-lhes impunemente as mulheres, roubar-lhes os filhos, criá-los para a escra-vidão, e não ter para com eles lei alguma de moral e nem lhes reconhecer os direitos, era mistér acreditar que nem tinham idéia de Deus, nem sentimentos morais ou de família. A história fará algum dia plena justiça a essa asserções.

Por outro lado, os padres jesuítas antigos, que com serem grandes homens, nem por isso deixavam de ser homens, participaram em grande parte dos defeitos de seus contemporâneos. Naquele tempo a crença no poder do espírito maligno era tão grande, que Satanás representava na vida humana um papel quase tão importante como o do próprio Deus.

Não se entendia, como hoje entendemos, que nada aparece na humanidade que não seja a consequência infalível de uma lei moral estabelecida pelo Criador. Toda e qualquer manifestação religiosa era, pois, segundo as idéias do tempo, uma inspiração do diabo, um culto prestado ao espírito das trevas. Impelidos por estes dois poderosos móveis, compreende-se quantos erros não cometeram os primeiros historiadores, e a desconfiança com que devem hoje ser lidos seus escritos.

(O *Selvagem*, pp. 144-145. Quarta edição. São Paulo, Editora Nacional, 1940. Coleção "Brasiliana", vol. 52).

MENSAGEM AOS HABITANTES DO PERU (San Martin)

Compatriotas:

A nação espanhola finalmente recebeu o impulso irresistível das luzes do século, reconheceu que suas leis eram insuficientes para fazê-la feliz e que em suas antigas instituições não podia encontrar nenhuma garantia contra os abusos do poder. Os espanhóis apelaram ao último argumento para demonstrar seus direitos, e convencido o rei de sua justiça, jurou a Constituição elaborada pelas Cortes em 1812, chamando à administração pública aqueles mesmos que antes havia proscrito como traidores: a revolução da Espanha é da mesma natureza que a nossa - ambas têm a liberdade por objetivo e a opressão por causa.

Eu soube depois de minha saída de Valparaíso, que o Vice-Rei do Peru mandou também jurar a Constituição, e que se aboliu em Lima do Tribunal do Santo Ofício: os motivos de sua liberdade foram análogos aos que teve Fernando VII para adotar aquela reforma, ainda que com alguma diferença em seu objetivo. O rei jurou a Constituição, porque não lhe restava outro arbítrio para salvar seu trono, que seguir a tendência da vontade geral; o vice-rei imitou a conduta de seu amo, com a esperança de opor uma barreira ao voto da América e evitar que cooperéis para a sua emancipação. Somente os conflitos em que se encontra podem explicar a injustiça que fez a vosso discernimento, persuadindo-se de que a constituição das cortes seja capaz de debilitar vossa energia e de fraudar vossos desejos; ele ignora que este erro é um novo obstáculo aos seus desígnios, porque já passou o tempo em que os americanos viam sem indignação os planos impostores da política espanhola para perpetuar seu domínio sobre um vasto continente, que tem a vontade e o poder de governar-se por suas próprias leis.

A América não pode contemplar a Constituição das Cortes, senão como um meio fraudulento de com ela manter o sistema colonial, que é impossível conservar por mais tempo pela força. Se não houvesse sido este o objetivo dos espanhóis, teriam estabelecido o direito representativo da América sobre as mesmas bases que o da Península, e pelo menos seria igual

o número de deputados que aquela nomeasse, quando não fosse maior, como o exige a massa de sua população comparada com a da Espanha.

(...) Conheceis por experiência a verdade do que vos digo: eu apelo para os fatos e submeto ao vosso juízo o exame da sinceridade dos espanhóis. O último vice-rei do Peru faz esforços para prolongar sua decrépita autoridade, exaltando vossas esperanças com uma Constituição estrangeira, que vos despoja do direito representativo em que ela mesma se baseia, e que não tem a menor analogia com vossos interesses. O tempo da impostura e do engano, da opressão e da força, já está longe de nós; e só existe na história das calamidades passadas.

Eu venho pôr termo a essa época de dor e humilhação: este é o voto do Exército Libertador, que tenho a glória de comandar e que me tem acompanhado sempre ao campo de batalha, ansioso de selar com seu sangue a liberdade do Novo Mundo. Confiais na minha palavra e na resolução dos bravos que me seguem assim como eu confio nos sentimentos e na energia do povo peruano.

Quartel general do Exército Libertador em Pisco, setembro 8 de 1820. 1º dia da liberdade do Peru. San Martin.

(De La Barra, Gal. Felipe (De la Barra, Gal. Felipe (org) - *Assuntos militares*. Vol. 4. Lima, Ed. Salesiana, 1971. Apud *A América Latina de Colonização Espanhola*, de Manoel Lello Bellotto e Anna Maria Martinez Corrêa. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1979, p. 166-167)

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

VICENTE LICÍNIO CARDOSO (1889-1931)

Nascido no Rio de Janeiro a 3 de agosto de 1889 (ou 1890, segundo algumas fontes) e falecido tragicamente a 10 de junho de 1931, com pouco mais de 40 anos, “consumindo-se na chama de seu próprio ideal”, como dele disse Fernando de Azevedo, Vicente Licínio Cardoso foi uma das figuras exponenciais da cultura brasileira em sua tão curta trajetória. Filho de Licínio Cardoso, professor, médico e engenheiro, seguiu uma das carreiras do pai, diplomando-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, da qual veio a ser professor. Pouco depois de formado obteve prêmio de viagem aos Estados Unidos, o que lhe propiciou escrever seu primeiro livro, *Arquitetura Norte-Americana*, publicado em 1916. “Trabalho de um ob servidor inteligente e arguto, que via nos novos tipos de construção, nomeadamente nos ‘arranha-céus’ (aparecidos em Chicago por volta de 1890) um reflexo das condições sociais do país”.

O concurso para a cadeira de História da Arte, da Escola Politécnica, ofereceu-lhe ensejo para escrever uma de suas obras mais significativas: *Filosofia da Arte* (1918), precedida de um *Prefácio à Filosofia da Arte*, publicado no ano anterior. Deste livro, escreve Wilson Martins ser “a obra mais importante jamais escrita entre nós, nada inferior, se não superior, pela erudição, espírito crítico e originalidade, a dezenas de outras, publicadas em países estrangeiros” (*Hist. da Intel. Brasileira*, VI, 107).

Após a *Filosofia da Arte*, voltou-se Vicente Licínio Cardoso para os estudos brasileiros, nas áreas da sociologia, da história e da educação, aspectos de sua obra que já têm merecido análises pertinentes de Castilhos Goycochea, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Acácio França, Wilson Martins, Américo Jacobina Lacombe, entre outros.

Deixou numerosos escritos avulsos, reunidos para a formação de quatro ou cinco livros publicados na década de '20 e que enriqueceram sobremaneira a bibliografia brasileira, uma obra caracterizada pela “constância de um ponto de vista essencialmente brasileiro”. Por exemplo: em *Pensamentos Brasileiros*, um importante ensaio sobre Benjamin Constant;

em *Vultos e Idéias*, uma análise das causas da Revolução Pernambucana de 1824; em *Figuras e Conceitos*, os ensaios sobre Colombo e o descobrimento da América, sobre o Padre Júlio Maria e sobre o Barão de Macaúbas (o educador Abílio César Borges), encerrando-se o Volume com um relatório de sua passagem pela prefeitura de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, função que exerceu por pouco tempo, “a fim de ter contato pessoal com a administração, conhecendo um município por dentro”; em *Afirmações e Comentários*, um estudo sobre a República no Brasil.

Afora estes livros reunindo escritos diversos, deixou *À margem da História do Brasil*, publicado só em 1933, graças à iniciativa de seus amigos, que cuidaram do preparo do volume. Foi incluído na prestigiosa coleção “Brasileira”, da Companhia Editora Nacional, então no seu início (vol. 13) e do qual duas outras edições foram publicadas, em 1938 e em 1979. *À margem da História do Brasil* veio a se constituir na sua mais importante contribuição à historiografia brasileira. Nele se encerram: uma conferência sobre uma excursão empreendida ao vale do São Francisco, em 1923 (“Rio São Francisco, rio em história”, dedicada a Teodoro Sampaio); dois ensaios sobre o domínio espanhol no Brasil; uma bela apreciação sobre o Padre Diogo Antônio Feijó (“Um fantasma do Segundo Império”, que utilizamos quase na íntegra para a seleta do presente número); dezessete pequenos estudos agrupados sob o título geral de “À margem do Segundo Reinado”, concluindo-se o volume com três capítulos sobre Euclides da Cunha.

Convém registrar, encerrando esta rápida apreciação sobre a obra de Vicente Licínio Cardoso, que a ele se deve a organização de um dos mais importantes títulos de nossa bibliografia republicana: o volume *À margem da história da República*, editado por Álvaro Pinto, do Rio de Janeiro, em 1924. Trata-se de valiosa obra coletiva, constituindo um “Inquérito por escritores de geração nascida com a República”. Neste volume se inserem algumas das melhores páginas para o conhecimento do pensamento político no Brasil, sendo seus autores A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jónatas Serrano, José Antônio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tristão de Athayde, Tasso da Silveira, além do próprio Vicente Licínio.

Julgamos oportuno transcrever duas apreciações sobre Vicente Licínio, de duas figuras que bem o conheceram, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. Fernando de Azevedo teve-o como seu auxiliar imediato quando diretor da Instrução Pública no Distrito Federal, no fim da Primeira República, época em que realizou a mais importante reforma de ensino já levada a efeito em nosso país. Lê-se em *Figuras de meu convívio*:

“A gravidade e a complexidade dos problemas brasileiros que a sua geração foi chamada a enfrentar e a resolver, o levaram a dedicar a vida ao estudo de nossa evolução social, a observação dos diferentes meios do país e ao exame e ao exame e a solução das nossas questões fundamentais (...) Foi na geração da República, um desses raros homens de espírito democrático, que não cuidam de si para pensarem nos outros e, tendo grandes e generosos ideais, se consagram inteiramente a realizá-los (...) Seus livros, ricos de observações sagazes e de otimismo construtor, agradáveis aos que professam o culto do pensamento e trabalham pela formação da consciência nacional, são dos que marcam o despertar, na geração nova, do sentimento brasileiro nas ciências, nas artes, na literatura. Temperamento vibrátil, impelido por intensa curiosidade intelectual e armado de cultura sólida, Vicente Licínio, além de um pendor acentuado para as questões úteis e do gosto de encará-las por ângulos novos, mostra argúcia em extrair do conteúdo dos fatos históricos a riqueza latente de seus valores educativos, tão úteis à compreensão do país e à solução dos problemas nacionais.”¹

Por sua vez, assim se expressou Lourenço Filho: “Quando cotejamos certos trechos da análise histórica do Segundo Reinado, talvez o trabalho em que mais integralmente condensa as suas idéias, sentimos que é nesse sentido que a sua contribuição mais avulta e se faz original no pensamento social brasileiro. Condicionantes geográficos, estrutura econômica, instituições de governo, tudo isso estudou, e tudo isso para ele importava. Mas é o aspecto cultural que lhe obsorve por fim o pensamento, quando insiste em que se procure aprender e decifrar o que chamou de ‘idealismo congênito do povo’, em que se deverá fundar a ação política na forma de um ‘idealismo orgânico e construtor da nacionalidade’. O exame da obra de Vicente Licínio dá-nos a impressão de que terá ela marcado, no pensamento social brasileiro, o momento de passagem entre a inspiração empírica e a reflexão científica; ou entre o terreno das simples ideologias que não conhecem os seus pressupostos, e o das ideologias que sabem que esses pressupostos existem, pois o mal não é o de existirem, mas o de não serem em si mesmos estudados e levados na devida conta, para a elaboração de planos de uma ação política bem fundada”.²

(1) Azevedo, Fernando de - Figuras do meu convívio. 2ª ed., São Paulo, Duas Cidades, 1973.

(2) Lourenço Filho, Vicente Licínio e os estudos sociais, em Rev. da Academia Paul. de Letras, nº 66, out. 1961. São Paulo.

SELETA

DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ,
UM FANTASMA DO SEGUNDO IMPÉRIO

Vicente Licínio CARDOSO

Diogo Antônio Feijó merece, em verdade, uma biografia alentada. Grande já foi o castigo sofrido de um silêncio histórico aviltante. Começa em 1843 com a sobriedade de notícias sobre o seu falecimento (...). Desaparecido Feijó, foi então criada no Segundo Reinado uma imagem falsa de sua figura - o seu "fantasma". Lembravam-no, timoratos, os políticos da época, não como o ministro formidável de 1831-32 ou como o regente severíssimo de 1835-37; recordavam nele o padre que propusera anular o celibato do clero e o político que melhor realizara a experiência republicana no governo central.

A sua consagração veio, de fato, lenta, sonogado que foi o seu verdadeiro perfil pelo Segundo Império (...). A reabilitação, trouxe-a em verdade a República. Suetônio, no mesmo livro em que apostrofou o reinado com veemência pouco limpa, evocou algumas linhas essenciais de seu perfil. Joaquim nabuco compreendeu e elogiou a experiência política audaciosa da Regência, distribuindo, então, galhardamente, uma parte da glória ao ânimo viril do padre ousado de Itu. João Ribeiro viu nele personificada a energia de seu tempo. Euclides, salientando o valor de sua obra, num momento sobremodo crítico de nossa evolução, focalizou melhor ainda a sua glória, afirmando então lembrar o padre como herói providencial carlyliano. Oliveira Lima endossou, por sua vez, o elogio, justificando-o com a sua autoridade equilibrada. E Eugênio Egas (1912), lamentando que um escritor vigoroso não tivesse tomado ainda o encargo do estudo do grande vulto, compendiou, então, com zeloso devotamento os elementos essenciais - olvidados nos arquivos - para a empreitada que desafia as capacidades de algum obreiro probo, culto e ousado.

(...) Ministro da Regência trina durante um ano apenas (junho 1831 - julho 1832), e regente único durante menos de dois anos (outubro

1835 - setembro 1837), peado por entraves de toda sorte, obrigado de contínuo a descer às funções repressivas de mero chefe de polícia, violentamente atacado por seus adversários políticos que lhe tornavam dispersiva a sua ação, Feijó entregou o poder - numa e noutra vez - aos inimigos que o combatiam. Essa a sua maior originalidade como homem de governo. Abandonava, mas não cedia: era um estóico.

Euclides da Cunha julgou timorato, como regente, o homem que lhe parecera formidável, como ministro... Não creio, todavia, acertado o julgamento. Por não se querer fazer tirano, apoiando-se na força armada, para humilhar o Parlamento - assim me parece - Feijó abandonou o governo - tanto num como noutra caso - quando a Assembléia não lhe deu, dentro da legalidade, os meios, os aplausos e as armas coercitivas por ele mesmo anteriormente pedidos. Como ministro, teve a oposição violenta de Martim Francisco e, com ela, a do partido mais culto do tempo. Ao descobrir o patriarca tramando contra o seu próprio governo, nada ocultou, tornando público o seu dilema: "O José Bonifácio deixa a tutoria, ou eu deixo a pasta da Justiça". E, vencido por um voto no Senado, depois de vitória na Câmara, cumpriu a palavra, demitindo-se. Dois dias depois, com o ministério e, logo após, com a regência, fazia o mesmo: renunciava-os.

Evaristo da Veiga vaticinou então admiravelmente sobre as vantagens da unidade da Regência e, mais, sobre a vinda próxima de Feijó, como chefe supremo do governo. E acertou. Regente, Feijó teve em Bernardo de Vasconcelos o seu maior opositor. Em Evaristo, o seu líder devotado, cedo roubado à vida em meio de suas funções de defensor da Regência. Depois, uma segunda vez vencido por não haver obtido o apoio da Câmara e do Senado, passa tranqüilo o governo às mãos de seus opositores e volta sereno para São Paulo.

O que é admirável nele é a presteza das decisões. Parecia distraído, plantando chá em sua chácara do Paraíso, e estava, no entanto, de todo alerta. Chamado não titubeia. Faz o seu testamento, apronta as malas e traz consigo um programa completo de governo. Como ministro, ele fora, antes de tudo, um chefe de polícia. Como regente, ele mostrará porém a sua envergadura de estadista. O momento era grave, sobremodo perigoso, possível que lhe parecia a desagregação e secessão das províncias mal coesas ainda sob a unidade do Império. Não esconde, porém, o seu temor: assinala-o, dominadoramente, em documento enérgico e severo. Não vacila: encara face a face a realidade agra e causticante e reage. A primeira lei por ele promulgada definia uma preocupação sintomática pela conservação da unidade: estabelecia condições para as ligações ferroviárias entre a corte, Minas e São Paulo. Logo depois, favorecia a navegação entre a Bahia e o Rio por navios da

companhia organizada por John Sturz, e pensava na navegação a vapor no Amazonas e rio Doce. Ao federalismo vitorioso pelo "Ato Adicional", opunha Feijó uma política centralizadora eminentemente inteligente.

Grande era o seu ânimo em realizá-la, minguados, porém, os recursos oferecidos pelo ambiente de seu tempo. As estradas de ferro aguardariam, por suas décadas, Mauá e Otoni. Os vapores demandariam com o tempo, por seu turno, antes de navegarem eficientemente.

O programa de governo era largo e fecundo. Como disse, estava pronto, suficientemente elaborado em seu cérebro. Parecendo distraído entre o ministério e a regência, Feijó estava de fato alerta. Nove dias depois de regente, nomeia Barbacena embaixador em Londres com poderes amplos para tratar do tráfico. Abolindo-o como era intento seu. Era uma cartada formidável e perigosa. Feijó pensava em extinguir o comércio negreiro, mas logo procurava facilitar a imigração do braço livre. Inimigo de José Bonifácio, tentava executar, no entanto, um programa, cujas idéias basilares haviam precipitado o ostracismo político do patriarca.

Vejo, em verdade, nesse pensamento governamental a razão mesma da precariedade de um governo longo como regente. Era prematura, de fato, a dispensa do braço escravo. Duas décadas depois, Eusébio de Queirós mostraria as dificuldades com que teria de lutar, embora protegido e apoiado pela diplomacia inglesa. Era errado, mas estava certo naquele tempo... A nossa civilização "vinha" de fato da costa da África, como dizia Bernardo de Vasconcelos... Grande demais, colonizado por portugueses tarados de preconceitos em relação ao trabalho manual, a nossa riqueza agrícola exigia em verdade o suor do negro para regar a terra em que o indígena não se deixara escravizar a contento do colonizador lusitano. Joaquim Nabuco viu na queda prematura de José Bonifácio um resultado do seu avanço sobre as idéias escravagistas do seu tempo. Admira-me, por isso mesmo, que nem qualquer outro historiador tivesse visto fenômeno análogo no caso de Feijó. Em verdade, o regente não queria a emancipação imediata. Seria na época crime e loucura impossíveis ao equilíbrio admirável de seu espírito. Mas pretendia a abolição do tráfico. E mais. Queria facilitar uma emancipação progressiva. Confirma-o o seu próprio testamento, naquele ponto em que falou de seus escravos, respeitando o ventre negro e facilitando-se a alforria.

Nomeado bispo de Mariana, Feijó não exerceu nem aceitou o cargo. Nada queria do clero, a não ser melhorá-lo, elevá-lo, normalizá-lo. E, para isso, sentia-se melhor armado sendo padre quer para tratar com os bispos nas suas circulares enérgicas, procurando sanear a Igreja brasileira, quer para tratar com o papa, quando, intimorato, o ameaçava de cortar relações com a Santa Sé. No seu testamento, feito ao assumir a Regência,

preparando-se com tranqüilidade de ânimo para qualquer desfecho violento, ele confessou sem nenhum subterfúgio ou alarde de renome como reformador: "sou e sempre fui católico romano, tudo quanto fiz contra a Igreja tem sido por seu zelo".

Certo, ele quis o matrimônio. Por largo tempo, antes de ser governo, bateu-se denodadamente pela inovação corajosa. Mas era austero. Não advogava, nesse ponto, como Lutero, a sua própria causa. Lembrava-se apenas de ser um filho espúrio e queria, com o casamento, moralizar o próprio clero. Então, invocava a seu favor a opinião, através da história, de muitos maiores da Igreja, antes da decisão em contrário vitoriosa de Hildebrando.

E, como se não bastasse tanta clareza em suas ações para definir o seu caráter pragmático de homem efeito às asperezas dos embates rudes da vida, com o senso vivo das oportunidades que devem ser aproveitadas, ele deixou por escrito a sua própria divisa, o melhor dos epitáfios que lhe poderia ser em suma dedicado: "Sem ordem, não há governo; sem justiça, não há liberdade".

Todavia, apesar das tentativas opulentas de reformas e malgrado o programa vasto de governo nitidamente traçado, a obra política realizada por Feijó fora escassa, diminuta que foi no tempo a sua atuação como ministro e como regente. Avulta, apenas, a obra de consolidação da autoridade civil, o respeito à lei, a austeridade e a majestade severas com que dignificou os cargos ocupados.

Mas Feijó não podia ter dominado o caos, demasiadamente curto que foi o seu governo para uma anarquia amplamente generalizada. A sua ação foi principalmente a de um "excitador" de mentalidades, de um desses homens raros que governam e dirigem os vivos mesmo depois de mortos. Nesse sentido, mas só sob esse aspecto, ele foi de fato o herói providencial de que falou Euclides. Padre, sem nada ter querido do clero, ele forjou, na humildade com que evitou as pompas de um bispado, as suas próprias armas de resistência. Homem de governo - o maior de seu tempo - sem nada ter querido para si, ele dedicou-se, como nenhum outro, ao serviço de sua pátria. Sem descendentes, ele era temível por não estar com a atenção desviada para os carinhos da família. Sem ascendentes - filho espúrio que fora do amor - ele era temeroso pela independência selvagem com que agia.

Por tudo isso, a sua função pode ser definida como a de um verdadeiro "excitador" de homens. Preparou, insuflou, eletrizou e procriou mentalidades políticas com o contato social de sua austeridade enérgica. Depois, retirou-se. Quando pensaram - ou fingiram acreditar - os homens de seu tempo ver, na sua permanência como governo, uma razão robusta para a continuidade da luta fratricida ao Sul, ele abandonou a chefia com a mesma

dignidade desprendida com que a recebera. E isolou-se. Reapareceu em 1842, endossando uma causa de todo ingrata. Preso por Lima e Silva - cujos detalhes da cena dolorosa foram exumados recentemente por Vilhena de Moraes - sofre depois do governo vexames inopináveis durante a trajetória estouvada de seu degredo até Vitória (Espírito Santo). Defende-se, pouco depois, a custo, paraplético e de voz sumida, falando sentado no Senado. Morre em 1843, baldo de recursos, sem poder gozar a pensão que lhe fora concedida depois do muito que sofrera, quando lhe sonegaram os seus vencimentos de senador.

(...) A figura de Feijó no Brasil é especialmente interessante pelo muito que nos faz ela compreender das insuficiências da opinião pública e, conseqüentemente, das dificuldades de bons governos. Feijó tem sido, em verdade, um dos poucos "mortos" que nos têm, de fato, governado. Nenhuma outra figura se lhe avanta na robustez das evocações, por isso que nenhuma outra jogara a vida - sem os deveres dos militares - com maior despreendimento a serviço da pátria em momento como aquele tão perigoso de nossa história.

Fantasma temível durante os primeiros decênios que se seguiram à maioridade, por isso que o seu nome recordava o federalismo e lembrava uma experiência republicana sobremodo enérgica, a sua figura veio, pouco a pouco, emergindo do olvido e ganhando relevo e estabilidade histórica inconfundíveis, como marco de referência das energias da raça, quando devidamente impulsionadas.

Sonegada pelo Segundo Império, a glória de Diogo Antônio Feijó renascerá, então, em pleno regime republicano. Todavia, como disse, a sua consagração histórica não recebeu ainda a modelagem definitiva exigida pelas linhas magníficas de seu perfil vigorosamente original. Rio, janeiro, 1926.

(*À Margem da História do Brasil*, p. 105-119. São Paulo, Editora Nacional, 1933. Coleção "Brasiliana", v. 13. Na terceira edição (1979) o trecho transcrito ocorre às pp. 61-69)

N. da R. Realmente, ao tempo em que Vicente Licício Cardoso escreveu o belo ensaio que vimos de transcrever (1926), pouca coisa havia sobre o renomado regente. O citado livro de Eugênio Egas, de 1912, talvez fosse o único. Hoje, a situação é bem diversa. A partir de 1940 algumas obras importantes contribuíram para a "modelagem definitiva" da personalidade de Feijó. Citemos, entre outros, os livros de Otávio Tarquínio de Souza, Victor de Azevedo, Alfredo Ellis Júnior, Novelli Júnior, Luís Castanho de Almeida e Luiz Talassi, aos quais deve-se acrescentar o volume 84 da "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", quase todo consagrado a Feijó.

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular** de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

209. ABOLICIONISTA ESQUECIDO

Jornalista e político maranhense (1838-1888), Joaquim Maria Serra Sobrinho (literariamente conhecido apenas por Joaquim Serra), é hoje figura praticamente esquecida. No entanto, teve grande notoriedade em seu tempo, a ponto de seu nome ter sido lembrado para patrono de uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras, quando de sua fundação, em 1897. E quem o escolheu foi nada menos que José do Patrocínio. Explica-se: o abolicionista homenageando seu colega de Imprensa e companheiro de luta e ideais, pois Joaquim Serra foi, antes de tudo, grande abolicionista.

Dedicou-se não apenas ao jornalismo, mas também à poesia e ao teatro. Vindo para o Rio de Janeiro, atrafu-o igualmente a política, tendo sido deputado em mais de um legislatura. "No Parlamento não se destacou tanto como na Imprensa", dele disse Raimundo de Menezes. Faleceu com apenas 50 anos, seis meses após a assinatura da lei de 13 de maio de 1888, pela qual tanto lutou.

O transcurso, há pouco, do centenário da Abolição, foi uma oportunidade assás propícia para tirar do esquecimento o grande maranhense. E quem o fez foi um seu neto, Joaquim de Almeida Serra, em livro publicado dois anos antes (1986) pela Editora Presença, do Rio de Janeiro. Passados cem anos da morte de Joaquim Serra, escrevia, na época, seu neto: "Muito pouco se conhece daquele que foi, sem dúvida, um dos maiores vultos de seu tempo, havendo sido, por seu patriotismo e amor à liberdade, por sua inteligência e cultura, uma das figuras mais nobres da cena brasileira na segunda metade do século passado".

O livro em pauta não se prende aos aspectos puramente biográficos de Joaquim Serra, embora estes, obviamente, não sejam

desprezados. Preocupa-se mais com a trajetória de sua vida e, particularmente, seu relacionamento com figuras expressivas da intelectualidade brasileira de sua época, como, entre outros, José e Mário de Alencar, Raul Pompeia, Nabuco, Rebouças, Salvador de Mendonça e, principalmente, Machado de Assis, de quem um belo e expressivo texto foi estampado na contracapa do livro, para mostrar o alto conceito em que o grande romancista tinha o escritor maranhense. O autor do livro não se conforma - e com razão - com o esquecimento em que ficou seu ilustre avô E a este respeito merece destaque o capítulo com que encerra o volume: "Joaquim Serra esquecido pela historiografia". Ao longo do livro, colige escritos do próprio Serra, além de excertos de outros que sobre ele escreveram. Para encerrar, invoca o autor o conceito de Fernando Segismundo, segundo o qual Joaquim Serra "foi o criador da moderna imprensa política, figura resplendente da história da Abolição pela seriedade, constância e heroísmo de seu incomparável combate de dez anos, até a vitória final de 13 de maio". 17-1-1990.

*

210. CARLOS CORRÊA MASCARO

Com o falecimento de Carlos Corrêa Mascaro em fins de janeiro último, perdeu nossa terra um dos seus grandes valores nos domínios da Educação. Figura que se impôs pela cultura, pela capacidade e, sobretudo, pelo alto padrão moral que exornava sua personalidade. É figura também vinculada à nossa cidade, pois em Campinas viveu algum tempo como diretor da tradicional Escola Normal. Há mais de meio século remontava nosso relacionamento. Conheci-o nos primeiros anos da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde fomos, não propriamente colegas, mas contemporâneos, pois nossos cursos eram diferentes. Convivemos freqüentemente em atividades extracurriculares, o que continuamos pela vida afora, mesmo quando residiu em outras cidades. Fiquei lhe devendo inúmeros obséquios. Um deles, o convite que me dirigiu, juntamente com Luís de Melo Rodrigues, para ser o orador numa das sessões magnas de aniversário da tradicional Escola Normal de Casa Branca, por onde ambos se diplomaram. Isto, há mais de trinta anos.

Integrava Carlos Corrêa Mascaro numerosa e brilhante turma de casabranquenses, com a qual, em certa época, tive muito contato, quer na Secretaria da Educação, quer na Universidade ou na Imprensa, e da qual faziam parte, entre outros, Luís de Melo Rodrigues, Luís Horta Lisboa, Horta

de Macedo, Aloísio Lopes de Oliveira, Sólton Borges dos Reis, Honório de Sylos, este não de Casa Branca, mas da vizinha São José do Rio Pardo, porém casabranquense de formação. Neste grupo, que se salientou por brilhante folha de serviços à causa do ensino em São Paulo, Mascaro era uma das figuras exemplares. Durante muitos anos integrou o corpo docente da seção de Pedagogia da antiga Faculdade de Filosofia e, depois, com o desmembramento desta e a conseqüente criação da Faculdade de Educação, passou a integrar esta nova unidade universitária, onde desenvolveu brilhante carreira, como professor e administrador. Escreveu muito. O que deixou esparso em jornais e revistas pedagógicas daria alguns volumes de grande valor para os temas neles ventilados. Em tudo quanto fazia punha modéstia e sabedoria.

Nunca entendi porque seu nome não foi lembrado quando da fundação, em São Paulo, da Academia Paulista de Educação, na qual, afinal, acabou ingressando bem mais tarde, infelizmente sem ter tido oportunidade sequer de empossar-se, pois a morte inesperadamente o colheu poucos meses antes da data aprazada para sua posse. Bom amigo, bom colega, bom companheiro. Bom cidadão, bom professor, bom cristão. Aqui, a palavrinha de homenagem e de saudade que não me foi dado proferir quando de seu passamento. 8-2-1990.

*

211. VINÍCIO STEIN CAMPOS

Nem havia ainda me refeito da emoção causada pela morte do querido amigo e ompanheiro Carlos Corrêa Mascaro, quando, dois dias depois, tive notícia do falecimento de outra pessoa igualmente amiga e companheira, portadora, tal como Mascaro, de igual folha de serviços à cultura de nossa terra. Refiro-me a Vinício Stein Campos, museólogo e historiador, meu preclaro confrade no Instituto Histórico de São Paulo, na Academia Paulista de História, na Academia Paulista de Educação e, ainda como correspondente, no Instituto Histórico de Santa Catarina e na Academia Sul-Riograndense de Letras. Há pouco mais de um ano, elementos representativos da cultura paulista reuniram-se em agradável almoço comemorativo dos seus 80 anos. Deixou-nos agora, minado por enfermidade que impôs seu afastamento de todas as entidades a que costumava dar o brilho de sua presença e inteligência.

Por muitos anos teve a seu cargo o serviço de museus do Estado e, nesta qualidade, foi responsável pela criação de dezenas de museus

“histórico-pedagógicos” nas mais diversas cidades do interior paulista. Nem todos chegaram a ser convenientemente instalados, mas numerosos af estão a atestarem a iniciativa do grande educador em seu esforço de criar, entre nós, uma consciência museológica.

Era natural de Capivari, cidade a que dedicou extremado amor. Dava gosto ver como ele gostava de sua terra. Seus amigos, em tom de brincadeira, costumavam dizer que Vinício não proferia duas palavras sem citar três vezes o nome de Capivari. Muito escreveu sobre sua cidade. Historiando-a ou evocando-a em suas memórias. Interessou-se pela história das imigrações italiana e japonesa, sempre tomando como foco a sua Capivari. E a mesma cidade que teve por berço, teve também por túmulo, pois af foi sepultado.

Do muito que escreveu - tanto história como ficção - merece destaque a série em quatro volumes dos *Elementos de Museologia*, obra, ao que parece, única na bibliografia brasileira. Sua atividade museológica levou-o a visitar quase todo o País, proferindo conferências, ministrando cursos ou participando de congressos. Eis porque numerosas entidades culturais de outros Estados acolheram-no como sócio ou membro correspondente.

Muito vinculado a Campinas, aqui esteve inúmeras vezes, ora para conferências, ora para visitas a amigos. E ainda integrava, como honorário, o quadro social de nossa Academia Campinense de Letras. Certamente as inúmeras entidades a que pertencia renderão, oportunamente, tributo à sua memória, notadamente o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de cuja diretoria participou durante muitos anos. 14-2-1990.

*

212. DOELLINGER/JANUS

Em janeiro do correto ano transcorreu o centenário do falecimento de uma das mais discutidas figuras da Igreja no século passado: o teólogo e historiador católico Johann Joseph Ignaz von Doellinger, nascido a 28 de fevereiro de 1799. Professor de História Eclesiástica da Universidade de Munique, atacou por várias vezes a política reacionária de Pio IX, tendo sido anatematizado por negar-se a reconhecer o dogma da infalibilidade papal, definido pelo Concílio do Vaticano de 1870.

Doellinger foi a principal figura do grupo de teólogos e historiadores que, em 1869, publicou, sob o pseudônimo de “Janus”, um dos mais

significativos e discutidos livros da época: *O Papa e o Concílio*. O "Concílio", a que se refere o título, é o do Vaticano, convocado naquele mesmo ano de 1869 e que estendeu seus trabalhos até o ano seguinte.

A obra de Janus teve imensa repercussão no Brasil, pois coincidia com a época da chamada "Questão Religiosa", que movimentou nosso País. Apenas publicado na Alemanha, foi traduzido por Rui Barbosa e a tradução publicada no Rio de Janeiro em 1877. Rui não se limitou a traduzir o polêmico livro. Acrescentou-lhe um prefácio, maior que o próprio livro e, diga-se a bem da verdade, mais importante que ele. A tal ponto que o livro famoso costuma ser citado como sendo simplesmente de Rui Barbosa.

O prefácio de Rui constitui um tremendo libelo contra a Igreja, não propriamente a Igreja como religião (esta, Rui sempre a respeitou muito), a Igreja como força política e especialmente contra a sua participação na vida política de diversos países, inclusive o Brasil. A obra de Rui, como é natural, não foi bem aceita pela Igreja e pelos elementos conservadores ligados a ela. Basta dizer que, publicado em 1877, só em 1930 fez-se uma nova edição do livro (Livraria Acadêmica, de São Paulo). E mais 30 anos se passaram até que uma terceira edição surgisse (Rio de Janeiro, Elos, 1960).

A Casa de Rui Barbosa, ao planejar a publicação da *Opera Omnia* do grande brasileiro, parece não ter, de início, considerado *O Papa e o Concílio*, pois só depois de muitos anos foi publicado na importante coleção. Hoje temo-lo de novo, numa primorosa edição em dois volumes (o primeiro, o prefácio de Rui, e o segundo, o texto de Janus) publicada em 1977, precisamente um século após a edição original e quase 20 anos a edição anterior.

Qualquer que seja maneira de encarar, atualmente, *O Papa e o Concílio*, não se pode deixar de considerá-lo uma das grandes obras do século XIX, de interesse não só para a teologia, mas particularmente para a história. E a este respeito, a introdução da "Águia de Haia" enriquece sobremaneira o texto original, pelo apelo constante que o autor faz à História. 7-3-1990.

*

213. "ERIPUIT COELO FULMEN..."

Um dos pais da nação norte-americana, de cuja independência foi um dos autores, Benjamin Franklin nasceu em Boston a 17 de janeiro de 1706 e morreu em Filadélfia a 17 de abril de 1790. Transcorreu, portanto, na

semana passada, o bicentenário do falecimento de um dos maiores vultos do século XVIII e da própria história da humanidade. Começou a vida como tipógrafo, daí passando ao jornal e por ele encaminhou-se às letras e à política. Apesar de autodidata (ou talvez por isto mesmo...) adquiriu sólido conhecimento tanto literário como científico, pois ao mesmo tempo em que se dedicava às letras e à política, realizava estudos e pesquisas sobre ciências físicas e naturais. Os trabalhos que realizou em 1746-1747 levaram-no à invenção do pára-raios, o que lhe deu renome mundial, integrando os quadros das associações científicas mais importantes da Europa.

Os diversos cargos públicos que ocupou, sempre com a preocupação de defender as colônias americanas, levaram-no a uma intensa participação no movimento de que resultou a independência dos Estados Unidos, proclamada a 4 de julho de 1776. Representou a nova nação americana na França logo após a emancipação. Colaborou na fundação de diversas instituições culturais de seu país, entre elas a Universidade de Pensilvânia, que veio a se tornar uma das mais renomadas do mundo.

Assunto pouco sabido (ou pelo menos pouco lembrado) de sua personalidade é o interesse que sempre demonstrou pela música, figurando entre os compositores norte-americanos de seu tempo, com a autoria de muita música de câmara, especialmente quartetos de cordas. Seu gênio inventivo levou-o a fabricar um engenhoso instrumento musical, que denominou "harmônica de vidro", para o qual o próprio Mozart escreveu diversas obras.

O que deixou, esparso em jornais que editou ou em que colaborou, encerra excelentes páginas da literatura política norte-americana. Sua *Autobiografia*, publicada postumamente em 1817, alcançou enorme repercussão em todo o mundo, sendo traduzida para várias línguas. Em nosso País, dispomos de duas edições: uma, pela Ibrasa, na coleção "Clássicos da Democracia", e outra na preciosa série dos "Clássicos Jackson" (volume 23, intitulado *Ensaístas Americanos*).

O fato de ter inventado o pára-raios e colaborado para a independência de seu país, inspirou ao poeta Turgot o seguinte verso inscrito em um busto erigido à sua memória: "Eripuit coelo fulmen sceptrumque tyrannis", isto é: "Arrancou ao céu o raio e aos tiranos o cetro". 25-4-1990

*

214. BENJAMIN MOSSÉ/BARÃO DO RIO BRANCO

Em 1889, quase às vésperas da proclamação da República, aparecia em Paris, editada pela famosa Livraria de Firmin Didot, uma curiosa

biografia de nosso segundo imperador: *Dom Pedro II, Empereur du Brésil*. Assinava-a B. Mossé, "Officier de l'Instruction Publique". À guisa de moto, trazia o livro, na própria página de rosto, frases de Lamartine, Victor Hugo, Gladstone e Darwin louvando o imperador. Entre elas, a mais conhecida de todas, do autor de *Os Miseráveis*, chamando-o de "Neto de Marco-Aurélio" ("Sire, vous êtes le petit-fils de Marc-Aurèle!"), e que serviu até para título de um livro publicado creio que em 1927 por Leôncio do Amaral Gurgel.

Começa Benjamin Mossé, que era também rabino em Avinhão (Avignon), a histórica cidade do sul da França que, por 70 anos, no século XIV, tornou-se a sede do Papado, por afirmar ser "quase uma temeridade escrever alguém em França a biografia de um imperador na época em que vivemos". Sim, a França havia pouco menos de 20 anos deixara de ser monarquia para tornar-se república e ainda muito vivos estavam os sentimentos antimonárquicos. Mas, justifica sua atitude confessando que não via em D. Pedro II um imperador, mas, muito mais, um filósofo, um filantropo, "amigo da humanidade, benfeitor de sua pátria". Além disto, Dom Pedro II "é o mais puro modelo do verdadeiro patriotismo, do desinteresse, do amor à liberdade, da dedicação ao progresso. Sua vida e sua obra excitarão certamente a admiração de todos os que o conhecerem melhor neste livro". E com isto, acreditava-se desculpado.

E a obra se desenvolve ao longo de 16 capítulos, totalizando mais de 400 páginas, com informes variados, importantes e sempre corretos sobre o Brasil e seu imperador. Difícil admitir que alguém, como o rabino de Avinhão tivesse condições de escrever tal livro. Aqui, o lado significativo da história: na realidade, o verdadeiro autor do livro foi o Barão do Rio Branco, que achou o original de Mossé muito ruim e refez tudo de novo. A confissão é do próprio Rio Branco: "Passará aos olhos do público como escrito por B. Mossé", que é, pois, "um testa de ferro de que me servi para dizer à nossa gente o que penso, com mais liberdade". E escrevendo ao próprio Pedro II, dizia: "Desejo que Vossa Majestade seja o primeiro a ler este livrinho que escrevi quase todo, visando muito ao efeito que deve produzir, não só no estrangeiro, mas principalmente no Brasil".

De Rio Branco ou de Benjamin Mossé, a verdade é que *Dom Pedro II, Empereur du Brésil* é livro importante e que valeria a pena ser mais conhecido. Mereceu uma tradução, aliás muito boa, de Hermínia Themudo Lessa, publicada pela antiga Edições Cultura, de São Paulo, sem indicação de data, mas de 1936 ou 37. Não tendo sido reeditado é hoje bastante raro, como raríssima é a edição original francesa, que tenho o privilégio de possuir. 20-6-1990.

ÍNDICES DOS NÚMEROS 137 A 140

(Ano XXII, 1990)

- 137 - janeiro/março - págs. 1 a 68
 138 - abril/junho - págs. 69 a 150
 139 - julho/setembro - págs. 151 a 240
 140 - outubro/dezembro - págs. 241 a 328

ÍNDICE DE AUTORES

- ABREU E LIMA - Situação cultural do Brasil na época da Regência - 222
 BARATA, Mário - Os 150 anos de três republicanos - 245
 BARBOSA, Rui - Os sete felizardos - 137
 BATTISTONI FILHO, Duilio - A história cultural de R. Darnton - 121
 BATTISTONI FILHO, Duilio - Um livro pioneiro - 170
 CABRAL, João Batista P. - O Brasil visto por dois prussianos - 277
 CAMARGO, Ana Maria de Almeida - Arquivos municipais na América Latina - 284
 CANDIDO, Antônio - "A evolução da cultura de um homem se evidencia pelo que leu" - 82
 CARDOSO, Vicente Licínio - Diogo A. Feijó, um fantasma do 2º Império - 312
 CHAUDON, Gilberto Emilio - Guido Thomaz Marliere - 165
 CICERO - Contra Catilina - 223
 FROTA, Luciana Aragão e - Brasil e Argentina: um enfoque histórico da integração - 266
 GUERRA, Walter P. - Theodor Koch Gruenberg - 161
 HAUBERT, Maxime - A música nas missões jesuítas - 302
 JOFFILY, José - A Perestroika e a 2ª Guerra Fria - 289
 LANGENDONCK, Madame - Uma colônia no Brasil - todo no nº 137
 LANGENDONCK, Tácito Remy de Macedo - Prefácio a "Uma colônia no Brasil" - 11
 LEONZO, Nanci - Biblioteca desaparecida - 116
 LEVAI, Emeric - Barata Ribeiro, um médico no Supremo Tribunal - 87
 LOPES, Eliane Cristina - Família e grupos de convívio - 172
 MAGALHÃES, Couto de - Prejuízos antigos - 306
 MARIZ, Vasco - Mário de Andrade e o Folclore - 91
 MARTINS, Manoel de Jesus B. - Joaquim Silvério dos Reis: honra e prejuízo no Maranhão - 247
 MATOS, Odilon Nogueira de - À memória de um grande educador - 151
 MATOS, Odilon Nogueira de - A propósito dos "Diálogos das Grandezas do Brasil" - 149
 MATOS, Odilon Nogueira de - Abolicionista esquecido - 317

- MATOS, Odilon Nogueira de - Açúcar/Café/Algodão - 135
- MATOS, Odilon Nogueira de - Algumas expressivas figuras do Rio Grande do Norte - 153
- MATOS, Odilon Nogueira de - Apresentação à "Uma colônia no Brasil" - 5
- MATOS, Odilon Nogueira de - Aspectos geopolíticos do município - 71
- MATOS, Odilon Nogueira de - Benjamin Mossé/Barão do Rio Branco - 322
- MATOS, Odilon Nogueira de - Carlos Corrêa Mascaro - 318
- MATOS, Odilon Nogueira de - Cinqüentenário de um congresso - 299
- MATOS, Odilon Nogueira de - Da Bretanha a Mato Grosso - 243
- MATOS, Odilon Nogueira de - Doellinger/Janus - 320
- MATOS, Odilon Nogueira de - "Eripuit coelo fulmen" - 321
- MATOS, Odilon Nogueira de - Fonte demográfica de alto valor - 146
- MATOS, Odilon Nogueira de - Heróis de Laguna em Campinas - 304
- MATOS, Odilon Nogueira de - Memória de uma cidade - 236
- MATOS, Odilon Nogueira de - Missa de Neukomm - 133
- MATOS, Odilon Nogueira de - Nossa Senhora de Copacabana no Brasil - 234
- MATOS, Odilon Nogueira de - O Brasil visto por um jornalista inglês - 148
- MATOS, Odilon Nogueira de - O fundador dos carlistas no sul do Brasil - 148
- MATOS, Odilon Nogueira de - Os mais antigos tratadistas do café - 233
- MATOS, Odilon Nogueira de - Um clássico de nossa historiografia militar - 238
- MATOS, Odilon Nogueira de - Uma obra que começou em Campinas - 235
- MATOS, Odilon Nogueira de - Trilogia bíblica - 237
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vicente Licínio Cardoso - 309
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vinício Stein Campos - 319
- MATOS, Odilon Nogueira de - Walter Spalding - 225
- MATOS, Odilon Nogueira de - Wanderley Pinho - 140
- MAYER, Augusto - Da Estante dos Forasteiros - 7
- MEDRANO, Lilia I. Z. - El papel del contrabando y da interacción fronterizo del Brasil sureño con el Estado Oriental del Uruguay - 257
- NEUMANN, Vera Cristina - Autores campineiros na biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda - 110
- NOVAES, Israel Dias - Imagens de Guilherme de Almeida - 96
- OLIVEIRA, J. Veiga de - O estranho fim de Paganini -
- PINHO, Wanderley - Linhagem da República - 143
- PUPO, Benedito Barbosa - O pitoresco na imprensa campineira - 217
- RIBEIRO JR., João - A "História Trágico-Marfítima" - 253
- RIBEIRO JR., João - A religião dos romanos - 175
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel - A propósito de Borges da Fonseca - 117
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel - El papel del contrabando y de interacción fronterizo del Brasil sureño con el Estado Oriental del Uruguay - 257
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel - A Revolução de 1930 - 200
- SAN MARTIN - Mensagem aos habitantes do Peru - 307
- SOUZA, Sinvaldo N. - Um mestre de pintura realista em Santa Cruz - 274
- SPALDING, Walter - O Rio Grande do Sul na independência do Brasil - 229
- TREVISAN, Edilberto - Ferrovias, imaginação e realidade - 181
- ZUMTHOR, Paul - O ensino superior na Holanda no século XVII - 138

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

AGORA, Nºs 8 e 9 - 129

ANDRADE, Manuel Corrêa de - O Nordeste e a questão regional - 123

ANUÁRIO do Staden - 129

ARQUIVO: Boletim Histórico e Informativo, nº 2 - 129

BARRIGUELI, José Cláudio - O pensamento político da classe dominante paulista - 204

BASTOS, Wilson Lima - Símbolos humanos brasileiros - 123

BOLETIM do Centro de Memória da Unicamp nº 1 - 130

BOLETIM do Inst. Hist., Geogr. e Etnogr. Paranaense, 46 - 130

DIVERSOS - O abolicionista Rui Barbosa - 124

ESTUDOS Avançados, vol. 3 n 5 - 130

ESTUDOS Ibero-Americanos, v. XIV, nº 2 - 209

ESTUDOS Leopoldenses, v. 25, nº 110 - 131

EVANGELISTA, José Geraldo - O Maestro João Evangelista - 204

FREITAS, Mario Martins de - Reino Negro de Palmares - 124

GERTZ, René - O fascismo no sul do Brasil - 124

GODINHO, Gualter - Coletânea de discursos e conferências - 125

GODINHO, Gualter - Sistemas jurídicos de defesa do Estado - 125

GOMES, Danilo - Antigos cafés do Rio de Janeiro - 205

HECKER, Alexandre - Um socialismo possível - 206

HISTÓRIA & Perspectiva, nº 1 - 131

HISTÓRIA: Questões e debates, nº 16; 17 - 131, 297

JOFFILY, José - O caso "Panther" - 126

LIMA, Yvone Soares - A ilustração na produção literária - 206

LOPES, Helena de Queiroz F. - Itaim-Bibi - 294

MATOS, Ilmar R. de - O tempo saquarena - 207

MELO, Oliveira - Vozes do tempo - 126

MORAES, Orlando - Por serras e vales do Espírito Santo - 126

MOREIRA, Vivaldi - Correções a fazer e preços e práticas - 127

NUNES, Maria Thetis - Sergipe colonial - 294

OLIVEIRA, José Teixeira de - A fascinante história do livro - 295

REVISTA Brasileira de Estudos Políticos, nº 69/71 - 209

REVISTA Brasileira de Sociologia, v. X - 131

REVISTA de Ciência Política, v. 32, 33 e vol. especial - 209

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, nº 8 - 132

REVISTA do Instituto Histórico Rio Grande do Sul, v. 125 e 126 - 210

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São João del Rei, v. 6 - 132

SEGUSO, Mario - Os admiráveis italianos de Poços de Caldas - 296

SPALDING, Walter - Revolução Farroupilha - 127

TOLEDO, Vera V. de - Itaim-Bibi - 294

TRUZZI, Oswaldo - Café e Indústria - 208

UNIVERSIDADE Estadual de Londrina, Boletim nº 16 - 132

ZIMMERMANN, Maria Emilia M. - O PRP e os fazendeiros de café - 128

TEXTOS E SELEÇÕES

ABREU E LIMA - Situação cultural na época da Regência - 222

BARBOSA, Rui - OS SETE FELIZARDOS - 137

- CÍCERO - Contra Catilina - 223
 MAGALHÃES Couto de - Prejuízos antigos - 306
 PINHO, Wanderley - A linhagem da República - 143
 SAN MARTIN - Mensagem aos habitantes do Peru - 307
 SPALDING, Walter - O Rio Grande do Sul na independência do Brasil - 229
 ZUMTHOR, Paul - O ensino superior na Holanda no século XVII - 138

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

- Vicente Licínio Cardoso - 309
 Walter Spalding - 225 Wanderley Pinho - 140

NOTICIÁRIO

- Augusta Candiani - 211
 Cinquentenário de um Congresso - 299

MEMÓRIA CAMPINEIRA

- Açúcar/Café/Algodão - 135
 Heróis de Laguna em Campinas - 304
 O pitoresco na imprensa campineira - 217

UM POUCO DE MÚSICA

- A música nas missões jesuítas - 302
 Missa de Neukomm - 133
 O estranho fim de Paganini - 213

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

- À memória de um grande educador - 151
 A propósito dos "Diálogos das Grandezas do Brasil" - 149
 Abolicionista esquecido - 317
 Benjamin Mossé/Rio Branco - 322
 Carlos Corrêa Mascaro - 318
 Doellinger/Janus - 320
 "Eripuit coelo fulmen" - 321
 Fonte demográfica de alto valor - 146
 Memória de uma cidade - 236
 Nossa Senhora de Copacabana no Brasil - 234
 O Brasil visto por um jornalista inglês - 148
 O fundador dos carlistas no Sul do Brasil - 147
 Os mais antigos tratadistas do café - 233
 Trilogia Bíblica - 237
 Um clássico de nossa historiografia militar - 238
 Uma obra que começou em Campinas - 235
 Vinício Stein Campos - 319

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Antônio D'Ávila - 151
 Antônio Piccarolo - 206
 Aristides de Melo Souza - 82
 Argentina - 257

- Arquivos - 284
 Augusta Candiani - 211
 B. Franklin - 321
 B. Mossé - 322
 Barão do Rio Branco - 322
 Barata Ribeiro - 87
 Bauru - 136
 Bíblia - 237
 Bibliografia -
 Bibliotecas - 82, 116, 140
 Borges da Fonseca - 117
 Brito Freire - 238
 Café - 205, 208, 233
 Campinas - 135, 217
 Campos Sales - 245
 Carlistas - 147
 Carlos Corrêa Mascara - 318
 Catilina - 223
 Colégio Internacional - 235
 Colônias no Brasil - todo o nº 137
 Congresso de Geografia - 299
 Contrabando - 257
 Copacabana - 234
 Cultura - 222
 Demografia - 146
 "Diálogos das grandezas do Brasil" - 149
 Diogo Antônio Feijó - 312
 Direito - 125
 Doellinger/Janus - 320
 Dufour - 233
 Ensino - 138
 Espírito Santo - 126
 Família - 172
 Farrapos - 129
 Fascismo - 124
 Ferrovias - 181
 Folclore - 91
 Guilherme de Almeida - 96
 Grupos de convívio - 172
 Heróis de Laguna - 304
 Hillebrand - 274
 Holanda - 138
 Imprensa - 217
 Indústria - 209
 Instituto Gammon - 235
 Integração latino-americana - 266
 Itaim-Bibi - 294
 João Evangelista - 204
 Joaquim Serra - 317
 Joaquim Silvério dos Reis - 247
 Koch-Gruenberg - 161
 Laguna - 304
 Langendonck, Madame - todo o fasc. 137
 Leuthold - 277
 Leverger - 243
 Lorena - 204
 Luiz da Câmara Cascudo - 153
 Manuel Barata - 245
 Maranhão - 247
 Mário de Andrade - 91
 Marlière - 165
 Mato Grosso - 243
 Missões jesuíticas - 302
 Município - 71
 Música - 133, 213, 302
 Naironi - 233
 Neukomm - 133
 Nísia Floresta - 153
 Nordeste - 123
 Padre João Manuel - 153
 Paganini - 213
 Palmares - 124
 "Panther" - 126
 Paraná - 181
 Perestroika - 284
 Peru - 307
 Poços de Caldas - 296
 Política imperial - 207
 Política internacional - 266
 Política republicana - 128
 Prudente de Moraes - 245
 Rango - 277
 Regência - 222
 República - 128, 143
 Revolução de 1930 - 200
 Rio de Janeiro - 206
 Rio Grande do Norte - 153
 Rio Grande do Sul - 11, 124, 147, 229
 Rodolfo Garcia - 153
 Roma - 175, 223
 Rossi - 208
 Rui Barbosa - 137, 124, 148
 Santa Cruz - 274
 São Paulo - 71
 Scalabrini, Dom - 147
 Sergipe - 294
 União Soviética - 284
 Viajantes estrangeiros - 277
 Vicente Licínio Cardoso - 309
 Vinctio Stein Campos - 319
 W. Stead - 148
 Walter Spalding - 225
 Wanderley Pinho - 140

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

